



Helena Isabel Costa Soares

O contributo do voluntariado no apoio aos idosos sós e/ou dependentes do concelho de Ovar

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor Doutor Pedro Hespanha, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Helena Isabel Costa Soares

**O contributo do voluntariado no apoio aos idosos sós e/ou dependentes
do concelho de Ovar**

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, sob orientação do Professor
Doutor Pedro Hespanha, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Coimbra, 2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Índice

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	---

Capítulo I – EM TORNO DO CONCEITO DE VOLUNTARIADO

1. Em torno do conceito de voluntariado	7
1.1. O voluntariado em Portugal	10
1.1.1. Os princípios do voluntariado em Portugal	13
1.2. O conceito de voluntariado	14
1.2.1. O conceito de voluntariado (social) de proximidade	17
1.3. Perspetivas sociológicas do voluntariado	18
1.3.1. Voluntariado e solidariedade	19
1.3.2. Voluntariado e cidadania	21

Capítulo II – O CONTRIBUTO DO VOLUNTARIADO PARA O BEM-ESTAR DOS IDOSOS

2. O envelhecimento	24
2.1. O envelhecimento da população	26
2.2. O envelhecimento da população – o caso português	28
2.2.1. O envelhecimento da população – os números do isolamento	29
2.3. O voluntariado no apoio ao idoso	34

Capítulo III – CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

3. Caracterização do Concelho de Ovar	36
3.1. Localização geográfica e estrutura	36
3.2. Situação social do Concelho de Ovar	36
3.3. O voluntariado	37
3.4. Câmara Municipal de Ovar	38
3.4.1. Divisão de Ação Social e Saúde	40
3.5. Atividades desenvolvidas no estágio	41
3.5.1. Objetivos do estágio e metodologia utilizada	48
3.5.2. Principais conclusões do inquérito	49

CONCLUSÃO	56
------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
---	----

ANEXOS

- Inquérito aos voluntários

- Programa de Voluntariado

-Normas de funcionamento do *Projecto Menos Sós... Mais Nós* – Equipas Locais de Voluntariado

Índice de quadros

Quadro 1 – População (%) residente com 65 3 mais anos em 2001 e 2011

Quadro 2 – População com 65 ou mais anos e alojamentos com residentes de 65 ou mais anos (2011)

Quadro 3 – População com 65 ou mais anos e alojamentos com residentes de 65 ou mais anos no concelho de Ovar (2011)

Quadro 4 – Caracterização dos beneficiários

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Nível de escolaridade

Gráfico 2 – Número de horas que os voluntários pensam dedicar ao trabalho voluntário

Gráfico 3 – Motivações dos voluntários

Gráfico 4 – Expectativas dos voluntários

Gráfico 5 – Fatores que podem condicionar o trabalho voluntário

Imagem da capa disponível em: <http://greensavers.sapo.pt/2011/01/12/voluntariado-de-proximidade-a-custo-zero-para-2011/>

RESUMO

O envelhecimento da população é uma realidade generalizada dos países desenvolvidos e apresenta-se como um desafio social e económico do maior interesse para grande parte desses países. Atualmente verifica-se um contexto de diminuição gradual da natalidade, aliada a um aumento da esperança média de vida ou da longevidade dos indivíduos. A junção destes dois fatores ao nível dos países desenvolvidos fará com que a sociedade do futuro seja cada vez mais envelhecida.

O envelhecimento humano e demográfico é considerado um dos problemas mais importantes das sociedades contemporâneas pois, o aumento da longevidade traz consigo uma maior prevalência de casos de dependência nas atividades da vida diária e de situações de isolamento.

A realidade demográfica atual e as inúmeras alterações sociais ocorridas na sociedade, que vão desde a alteração de valores, a entrada da mulher no mercado de trabalho, entre outros, são fatores que contribuem para que os idosos se sintam cada vez mais sós, carecidos de apoio por parte de familiares, amigos e vizinhos. Desta forma, alguns idosos sentem a necessidade de recorrer a formas alternativas de apoio, como é o caso do voluntariado.

Com este trabalho pretende-se perceber se o voluntariado, nomeadamente o voluntariado social de proximidade, pode ser uma boa alternativa para auxiliar aqueles idosos que desejam permanecer nas suas habitações.

Palavras-chave: envelhecimento, idosos, voluntariado, voluntariado de proximidade.

ABSTRACT

Population aging is a general trend in developed countries and presents itself as a social and economic challenge of great interest to many of these countries. Currently there is a context of falling birth rates, coupled with an increase in average life expectancy or longevity of individuals. The junction of these two factors at the level of developed countries will make society of the future is increasingly aging.

Human aging population and is considered one of the most important problems of contemporary societies because increased longevity brings with it a higher prevalence of cases of dependence in activities of daily living and social isolation.

The current demographic situation and the many social changes occurring in society, ranging from the change of values, the entry of women into the labor market, among others, are factors that help older people feel more lonely, in need of support from family, friends and neighbors. Thus, some older people feel the need to resort to alternative forms of support, such as volunteering.

This work aims to understand whether volunteering, including volunteer social proximity, can be a good alternative to assist those seniors who wish to abide in their homes.

Keywords: aging, elderly, volunteering, volunteer outreach.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional representa, sem dúvida uma das principais questões demográficas e sociais do mundo contemporâneo, com incidência especial nas sociedades mais industrializadas e desenvolvidas (Casanova, 2001: 19).

O envelhecimento demográfico gradual da população mundial nas próximas décadas é uma certeza. As razões desta tendência refletem os substanciais progressos humanos alcançados nos últimos anos: uma mortalidade infantil mais baixa; melhor nutrição, educação, cuidados de saúde e acesso ao planeamento familiar; e uma esperança de vida mais elevada (Cónim, 1999: 3).

O envelhecimento demográfico resultou do aumento da proporção das pessoas idosas na população total. Deve-se a uma transição demográfica, ou melhor, à passagem de um modelo demográfico de fecundidade e mortalidade elevadas, para um modelo em que os dois fenómenos são baixos. Dá-se o estreitamento da base da pirâmide etária com uma diminuição de jovens e o alargamento do topo com um aumento dos idosos.

A angústia da sociedade face ao envelhecimento, reflete a sua incapacidade em lhe dar um sentido e evidencia a visão redutora que tem da velhice. Ser idoso, além de ser um facto etário, é também um conjunto de convenções sociais. O que pesa mais sobre a categoria social de idoso, não são as características próprias, mas sim, a ideia que se faz desta etapa da vida baseada em imagens totalizantes, estereotipadas e redutoras.

Ao refletirmos um pouco acerca da história do Homem, verificamos que a velhice foi sempre objeto de construção social e co-extensiva à cultura e à organização social das diferentes civilizações¹.

Perspetivadas à luz das normas sociais explícitas e implícitas, numa relação direta entre os contextos histórico, social, político e económico, as imagens do envelhecimento e velhice traduziram e traduzem o discurso das sociedades.

Envelhecer relaciona-se não apenas com as transformações biológicas e psicológicas, mas também com as condicionantes sociais existentes, reflexo dos padrões dominantes e da forma como as sociedades vivenciam e lidam com a passagem do tempo. A ideia de velhice – categoria social que em termos cronológicos tem lugar aos 65 anos na grande maioria dos

¹ “A história não tem sido, excepto em caos mais específicos e raros, muito generosa para com os idosos” (Pimentel, 2001: 56).

países desenvolvidos – e a categorização das diferentes etapas da vida são, assim, delineadas quer em termos individuais quer culturais e sociais.

As conotações atribuídas à velhice e às atitudes para com os idosos, são sempre produto de uma cultura, historicamente moldada segundo as interpretações dominantes e não porque ela exista em si. Assim, a “ideia” de idoso, não é fácil de assumir, nem agradável de perspetivar.

O rápido envelhecimento demográfico, as alterações da estrutura etária da população e da própria organização social é uma das realidades inerentes às sociedades desenvolvidas, e à qual Portugal não escapa. No nosso país, esta é uma realidade bem evidente e, segundo projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE), a situação agravar-se-á nas próximas décadas.

A velhice humana transformou-se numa questão social e política com atributos de significados negativos, associado às transformações económicas e sociais desencadeadas pela Revolução Industrial, com início no século XVIII. A velhice surge dessas transformações como um fenómeno social até aí desconhecido, uma vez que a esperança média de vida à nascença limitava a possibilidade de um individuo atingir uma idade avançada.

A construção social da velhice nem sempre teve o mesmo significado, valor e função social.

O idoso tem sido encarado de formas diferentes ao longo dos tempos e nas diversas culturas. Por exemplo, nas sociedades Orientais é-lhe atribuído um papel de dirigente pela experiência e sabedoria. Nas sociedades Ocidentais, apesar de ter sido considerado, até há algum tempo atrás, como um elemento fundamental na sociedade, pelos seus conhecimentos e valores para as populações mais jovens, atualmente tem uma imagem e um papel social quase insignificante, sendo a diminuição das suas capacidades, num contexto de produtividade, um dos fatores mais referenciados. Por outro lado, o idoso, por usufruir de reformas e pensões muito baixas, viver muitas vezes em habitações degradadas e ter grandes despesas com a saúde, fica numa posição social muito vulnerável à precariedade económica. O idoso é ainda vulnerável à exclusão social, pela condição de reformado, sem relação com o trabalho e com os colegas, pela dificuldade de comunicação com as gerações mais jovens, pelo isolamento em relação à família, pela perda de autonomia física e funcional e ainda pelas dificuldades da adaptação às novas tecnologias².

² “De pessoas raras e respeitadas, o número de pessoas que ultrapassa os 70 ou os 80 anos é cada vez maior e a exceção lentamente começou a tornar-se regra. O prestígio e o respeito que as pessoas idosas gozavam numa sociedade tradicional não era devido apenas a serem pouco numerosas as pessoas que conseguem chegar a essas idades avançadas mas era também devido a valorizar-se o facto de as pessoas mais velhas serem os depositários e

A imagem do idoso na sociedade tem vindo, assim, a sofrer profundas alterações. Se antes o idoso era visto com respeito e o seu papel na sociedade era determinante no aconselhamento e decisão sobre matérias importantes, hoje em dia, numa sociedade onde a produtividade e a atividade profissional são mais valorizadas e o envelhecimento é visto exclusivamente como um conjunto de perdas de capacidades, o idoso é tido como um fardo. Como nos dizem Cabrillo e Cachafeiro, “ninguém quer velho, porque não oferece nenhuma vantagem” (1990: 59).

As pessoas idosas, enquanto estereótipo socialmente produzido e facilmente reproduzido, enquadram uma categoria de indivíduos, cujas características, relativamente similares, são geralmente identificadas com isolamento, solidão, doença, dependência, pobreza e mesmo exclusão social.

A velhice caracteriza-se pela mudança de papéis e pela perda de alguns deles, tais como a perda do estatuto profissional, mudança nas relações familiares e nas redes sociais. Essas mudanças são inevitáveis, pois a velhice é um período especialmente intenso de perdas afetivas (filhos que saem de casa, reforma, viuvez, etc.).

De um modo geral, com o passar da idade as relações sociais e a troca de apoio social diminuem. Deste modo, o sentimento de solidão surge associado à diminuição das redes sociais. É um conceito que está fortemente relacionado com o isolamento e com o viver só. As próprias transformações económicas, sociais e familiares em conjunto com as mudanças e/ou perdas de competências intelectuais e funcionais³, têm eco na autoestima, no bem-estar e na qualidade de vida⁴.

Perante o enfraquecimento da família tradicional, como unidade económica e retaguarda de afetos⁵, é todo o tecido social que se fragmenta, enquanto se vão ensaiando, por toda a parte,

as transmissoras seguras da tradição e dos poucos conhecimentos técnicos de que dispunham as comunidades. A moderna evolução tecnológica tornou-se o recurso à experiência pessoal e à salvaguarda das tradições em soluções do passado” (Nazareth, 2009: 14).

³ A dependência na velhice tem diferentes consequências nas relações do idoso consigo próprio, com os outros, com o ambiente físico e social, uma vez que perder a autonomia e a independência é um acontecimento que leva a desequilíbrio individual e coletivo, sobretudo no âmbito familiar e social.

⁴ “A experiência da solidão é tanto mais avassaladora quanto ela se referencia a uma perda, do cônjuge, correspondendo a uma quebra das relações com outros, face à qual a pessoa não encontra, nem parece procurar, a reconstituição ou substituição. Situações claramente agravadas pelas dificuldades de mobilidade, de poder sair, de estar em contacto com o mundo, até perder a vontade de o fazer” (Quaresma, 2004: 46).

⁵ “O aumento do número de pessoas idosas é um dos aspectos críticos das sociedades industriais. Mas o problema social que representa o envelhecimento populacional e a velhice assenta também em alterações profundas que

formas alternativas de convivência humana, seja através de famílias alternativas, seja através da criação de novas solidariedades, assentes em interesses comuns, que unem as pessoas e organizam o seu trabalho, voltando-o para benefícios recíprocos. Sendo verdade que Portugal não tem grandes tradições de trabalho comunitário, visto que a família se assumiu sempre como o (único) grupo de partilha de interesses, começaram a surgir, nas últimas décadas, organizações, em diferentes áreas (cultura, ambiente, saúde, etc.) que se aliam na defesa dos seus objetivos.

Os voluntários estiveram sempre presentes nas sociedades. Ao longo dos tempos, a sua ação revestiu várias expressões, predominantemente de cariz caritativo, exercida de forma isolada e esporádica e ditada, a maioria das vezes, por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança.

Do que se conhece, o voluntariado começou por ser uma atividade eminentemente informal, de vizinhança, pelo que se poderá dizer que é tão antigo como a Humanidade, sendo que na sua base sempre esteve a família.

Uma parte considerável das ações de voluntariado organizado tem a sua origem em fatores religiosos, culturais, políticos e económicos. Veja-se, no caso português, a criação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1498), nascida com o fim de auxiliar os pobres, presos, doentes, e apoiando os chamados envergonhados. A todos os necessitados, socorria dando estadia, vestuário, alimentos e medicamentos⁶.

Os fatores que estão na base das origens do voluntariado são muito diferentes, como diferentes são também as suas áreas de atuação. Pode-se dizer que o século XIX foi o de maior organização, crescimento e difusão do voluntariado.

A grande maioria das organizações de voluntariado surgem à época, como uma resposta à evidência de muitos dos problemas sociais consequentes da Revolução Industrial. Não nos esqueçamos que estes problemas conduziram, no século XX, à emergência do Estado-Providência. É também neste século, que a sociedade interioriza, de forma mais intensa, a urgência de dar respostas de solidariedade a situações de desigualdade e injustiça social emergentes e que tinham tendência a aumentar.

se processam ao nível da estrutura das relações familiares. A solidariedade natural entre gerações, espécie de seguro de vida apostado na geração seguinte e que constitui parte importante do património cultural, está comprometida por transformações sociais desencadeadas ao longo deste século” (Fernandes, 1997: 59).

⁶ In www.scml.pt

No que ao conceito de voluntariado se refere, dir-se-ia que quatro ideias de base orientam a sua definição: 1) as atividades são desenvolvidas de livre vontade; 2) o pagamento monetário compensatório pela prestação não é uma característica essencial; 3) as atividades são de prestação privadas, mas 4) produzem benefícios para a comunidade.

Durante anos a atuação do voluntariado foi entendida como um modo de colmatar insuficiências dos apoios familiares e institucionais. Na sociedade atual, reconhece-se que o voluntariado tem um espaço próprio de atuação, cujo trabalho se situa numa linha de complementaridade do trabalho profissional e da atuação das instituições. Trabalho esse, a que os países e os governos prestam cada vez mais atenção, conscientes de que os voluntários constituem um dos mais valiosos recursos ativos de qualquer país.

Ser voluntário é diferente de ser solidário. Toda a gente faz gestos solidários, mas o voluntariado exige compromissos. O voluntário é alguém que, de forma desinteressada e gratuita, trabalha pelo bem do outro. A opção é livre e voluntária, mas comprometida.

A legislação portuguesa, através da Lei n.º 71/98 de 3 de Novembro, estabelece como princípio geral, o reconhecimento por parte do Estado, “do valor social do voluntariado como expressão do exercício livre de uma cidadania activa e solidária”, comprometendo-se aquele pela sua promoção e garantindo a sua autonomia e pluralismo (art.º 5º).

Deste princípio geral, parte a legislação em referência para um maior limitação daqueles princípios aos quais deve obedecer a atividade do voluntariado. São eles: o princípio da solidariedade, o princípio da participação, o princípio da cooperação, o princípio da complementaridade, o princípio da gratuidade, o princípio da responsabilidade e o princípio da convergência (art.º 6º).

No fundo, estes princípios servem para densificar o conceito de voluntariado exposto, no art.º 1º e 2º da referida lei, o qual é definido como “o conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas”.

É evidente que a lei portuguesa opta, claramente, pela vertente formal, de carácter regular e institucional do voluntariado, correndo-se o risco de deixar de fora uma enorme quantidade de acções de manifesto interesse social e comunitário que, pelo facto de não estarem devidamente enquadradas, não serão tidas como acções de voluntariado. A lei esclarece que “não são abrangidas pela presente lei as actuações que, embora desinteressadas, tenham um

carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança” (art.º 2º).

Pode-se concluir que aos olhos da lei portuguesa, apenas o voluntariado formal é defendido e tratado, sabendo-se que o voluntariado de carácter informal assume e vem assumindo progressivamente uma importância crescente.

Sistematizando, o voluntariado e o conjunto de ações que lhe estão subjacentes, assentam em duas componentes essenciais: o carácter regular da sua atividade e a imperatividade de que tais atividades se desenvolvam no âmbito de uma instituição (pública ou privada).

Atualmente, o voluntariado ocupa um lugar modesto no contexto nacional. Muito embora a atitude de voluntariado na sociedade portuguesa tenha evoluído de forma positiva, o país continua a ter as taxas de voluntariado mais baixas da Europa (Sardinha, 2011: 20).

Este relatório foi o resultado do estágio realizado no âmbito do Mestrado em Sociologia da faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que teve a duração de quatro meses (de 12 de dezembro a 12 de abril) e realizou-se na Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Ovar. Em termos muito gerais, pretendia-se com este estágio, de um lado, compreender as motivações e as práticas dos voluntários que apoiam idosos e, de outro, avaliar a contribuição das respostas que os voluntários oferecem para o bem-estar dos idosos no concelho de Ovar.

Este trabalho encontra-se dividido em três partes fundamentais. Num primeiro capítulo procurou-se fazer um enquadramento teórico do voluntariado e do seu conceito. No segundo capítulo é abordada a temática do envelhecimento demográfico. O envelhecimento demográfico pode ser entendido quer como um acontecimento positivo, traduzido na melhoria qualitativa e quantitativa da condição humana, em que o envelhecimento da população só poderá representar um enorme avanço das condições de vida das sociedades contemporâneas, em que o tempo da velhice é encarado como um tempo de lazer, de liberdade e de autoaperfeiçoamento, quer como um acontecimento negativo, onde predominam as situações de pobreza, isolamento social, solidão, doença e dependência. Neste trabalho focar-me-ei mais neste lado negativo do envelhecimento.

Após o enquadramento teórico, é feita, num terceiro capítulo a caracterização da instituição de acolhimento (Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Ovar), bem como das atividades desenvolvidas durante o período de estágio e também do estudo empírico realizado, onde se descreve o método utilizado (participantes, material e procedimento), apresentam-se os resultados obtidos e a respetiva discussão destes.

CAPÍTULO I – EM TORNO DO CONCEITO DE VOLUNTARIADO

1. Breve história do voluntariado

Se é certo que nos dias de hoje é cada vez mais comum ouvir falar de voluntariado, o certo é que o voluntariado tem as suas raízes num tempo já bem distante. Contudo, não se pode descurar a ideia que dele hoje temos, é inegavelmente distinta daquela que tinha outrora.

Começarei então por fazer uma pequena digressão pela história do voluntariado, um fenómeno social que é bem mais antigo do que a sua atualidade nos pode fazer crer.

Não tenho como intuito fazer uma contextualização histórica de forma exaustiva, pois esse não é o objetivo deste trabalho. Assim, as perspetivas históricas de seguida apresentadas de uma forma concisa pretendem contextualizar e evidenciar as características principais da história do voluntariado.

A literatura existente sobre a evolução do fenómeno do voluntariado encontra-se, sobretudo, restringida às sociedades europeias, se bem que alguns dos seus traços se possam generalizar às sociedades ocidentais como um todo (Amaro, 2002: 13). Por outro lado, a literatura sobre o tema em Portugal é escassa face a outros países europeus.

Para fazer esta análise histórica terei como base o estudo “O Voluntariado nos projectos de luta contra a pobreza” de Rogério Roque Amaro, no qual o autor evidencia quatro contextos históricos fundamentais para uma análise do voluntariado: “pré-industrial”, “era industrial”, “Estado-Providência” e “pós-industrial” (Amaro, 2002: 14).

No contexto pré-industrial, o autor defende que a principal característica do voluntariado nesta fase da história é o facto de este não ter de concorrer com o trabalho remunerado (Amaro, 2002: 15).

Este período é assim caracterizado pela inexistência de voluntariado, enquanto conceito e categoria de reconhecimento social. No entanto, “não quer dizer que o tipo de ações, tarefas e serviços actualmente atribuíveis ao voluntariado, não se encontrem, factual ou objetivamente, em vários momentos, e sociedades que estão incluídas neste período, mas tão-somente que não há, por enquanto, uma evidência do seu reconhecimento e valorização social generalizada” (Amaro, 2002: 15).

No contexto da era industrial, na sequência dos problemas levantados pela Revolução Industrial e pelos novos modos de vida e de organização do trabalho que dela surgiram, as lógicas de entreatajuda e de solidariedade organizada, assentes no voluntariado, atingem uma

expressão e um reconhecimento social que estabelecem um marco nesta análise histórica (Amaro, 2002: 15).

Com a hegemonização do modelo mercantil das relações de trabalho, este passa a ser entendido enquanto mercadoria disponível num mercado, o mercado de trabalho, auferindo em troca uma determinada retribuição económica. Neste contexto, toda a organização social constituía-se em torno das relações de mercado assentes numa lógica de mercado.

Este panorama traz diversas implicações para o voluntariado, nomeadamente, a forma como este passou a ser conhecido e reconhecido, o seu carácter gratuito. Característica que se mantém até à atualidade. Contudo, neste período da história, de forma até paradoxal, o voluntariado ganha e perde simultaneamente visibilidade social (Amaro, 2002: 16).

Perante a prevalência da lógica mercantil das relações de trabalho, em que a compra e venda de força de trabalho são um fator essencial, o carácter gratuito da ação voluntária colocou o voluntariado, neste contexto histórico, numa relação de desvalorização mercantil face aos modelos de organização social da época, bem como face ao processo de profissionalização das relações sociais (Amaro, 2002: 16-17).

Este processo de profissionalização das relações sociais profissionais tem grandes implicações na autonomia do voluntariado. A profissionalização tem implícito que apenas mediante determinada preparação é que um indivíduo exerce determinada profissão, colocando, dessa forma, o voluntariado, pela primeira vez, numa posição subalterna face ao profissional.

Segundo Martín, “numa sociedade que privilegia a moral do trabalho, desempenhar uma actividade não remunerada e que não confira reconhecimento social é impedimento forte para a sua prática e caracteriza negativamente a actividade” (2005: 43).

Outro contexto histórico identificado pelo autor é o que corresponde ao surgimento do Estado-Providência nos países capitalistas desenvolvidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Com a alteração das condições de funcionamento do mercado das necessidades sociais, alteram-se também as condições da oferta e da procura de necessidades sociais (Amaro, 2002: 17).

“O reconhecimento e, portanto, a constituição social destas necessidades teve também implicações importantes no respectivo modelo de satisfação, ou seja na oferta, uma vez que dada a sua universalidade (...), a sua resposta exigia a montagem de uma enorme infra-estrutura social cobrindo todos os grupos sociais e todo o território nacional” (Amaro, 2002: 17). Este papel acabou por ser atribuído ao Estado através da constituição do Estado-

Providência. O aparecimento deste novo ator no mercado social acarretou profundas implicações para o voluntariado (Amaro, 2002: 18).

Dessas implicações, destaca-se o facto de, historicamente, o voluntariado ser remetido para a sociedade civil, e desse modo, ser identificado como oposição ou complemento do Estado. “Perante a ação do Estado-Providência, o voluntariado começou a ser redefinido como desajustado, profundamente insuficiente para dar conta da escala das “novas” necessidades sociais. A um certo descrédito face à eficácia da sua intervenção juntou-se a animosidade ou pelo menos a desconfiança de uma ordem e um Estado social secularizados, sendo visto como vestígio de uma ordem paternalista, assistencialista, cuja atuação caritativa era quase sempre motivada pela religião” (Amaro, 2002: 18).

No entanto, o voluntariado, mesmo que considerado ineficaz e desajustado, quando comparado com o Estado-Providência, perante esta nova divisão do trabalho social, não deixa de ser reconhecido como complementar à intervenção estatal.

Deste modo, o voluntariado é uma vez mais remetido para uma categoria subalterna face à regulação/produção do mercado social de ajuda estatal, sendo remetido para as competências familiares, de vizinhança e comunitárias (Amaro, 2002: 19).

O contexto “pós-industrial”, que engloba os últimos quarenta anos, é caracterizado por um rápido crescimento do voluntariado. Segundo Roca, o voluntariado passa a ser encarado com um “fenómeno socialmente necessário, isto é, tendo a sua razão de ser não apenas nas motivações e sacrifícios e disponibilidades exclusivamente individuais, como sucedia nos restantes períodos, mas também como necessidade social que faz dele um fenómeno estrutural, uma das forças sociais das sociedades onde essas condições estão reunidas” (Amaro, 2002: 19).

Um outro aspecto a destacar neste período histórico, é o facto de o voluntariado, apesar da valorização da dimensão económica, surgir como um fenómeno que não obedece à lógica económica, na medida em que não é remunerado e é realizado no tempo livre dos indivíduos.

Neste contexto histórico mais recente, há que fazer referência a uma nova perspetiva assumida pelo voluntariado nas sociedades contemporâneas, em que o seu objeto e escala de intervenção se foram alargando a novos conjuntos de sectores. “Esta transformação na natureza do voluntariado implica, por consequência, uma redefinição da sua identidade, na medida em que o voluntariado deixa de ser (apenas) assistencialista, para se tornar voluntariado de desenvolvimento (...), mas mantendo-se (também, em certos aspectos) assistencialista” (Amaro, 2002: 21).

1.1. O voluntariado em Portugal

Há países que apresentam uma forte tradição de voluntariado, como por exemplo, na Europa, encontramos os países nórdicos. A nível internacional os EUA, o Canadá e a Austrália, são países que aparecem também com uma forte dinamização do voluntariado.

No caso português não é fácil fazer uma caracterização do voluntariado, bem como defini-lo, na medida em que a separação entre o desenvolvimento do voluntariado e da ação social é muito ténue.

Em Portugal o surgimento do voluntariado está associado às formas de assistência, familiares e de iniciativa particular, inculcadas por valores/princípios cristãos. De facto, desde cedo a Igreja no nosso país, exerceu funções de carácter assistencial voluntário, como temos o exemplo das Santas Casas de Misericórdia (Amaro, 2002: 37). Este papel da Igreja foi partilhado pelo Estado, pelo que ambos partilharam, assim, a responsabilidade social e foram impulsionadores de uma expansão das instituições particulares de assistência social, que potenciaram o espírito solidário e de participação dos indivíduos.

Em Portugal, não existem muitos dados estatísticos publicados sobre o voluntariado e a literatura sobre a temática não é abundante. O tema do voluntariado conheceu maior divulgação, principalmente, a partir do Ano Internacional do Voluntariado, instituído em 2001 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que levou à criação da Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários. A divulgação de iniciativas nesta área teve um forte impulso a partir dessa altura, exercendo um conjunto diferenciado de organizações da sociedade civil, um papel decisivo na promoção do voluntariado (Rocha, 2006: 14). O primeiro estudo de Caracterização do Voluntariado em Portugal data de 2002⁷, numa iniciativa da Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.

A regulamentação e o reconhecimento jurídico do voluntariado surgem em Portugal com a Lei 71/98 de 3 de Novembro⁸, que define e enquadra o voluntariado como “o conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias

⁷ Delicado, Ana; Almeida, Ana Nunes de; Ferrão, João (2002), *Caracterização do Voluntariado em Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional do Voluntariado.

⁸ Lei de Bases do Voluntariado in DR 254/98 Série I-A de 1998-11-03. “Esta lei foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro, que estabeleceu, no artigo 20.º, a criação do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV). O Conselho Nacional é um órgão colegial constituído por representantes de vários ministérios e de organizações nacionais de voluntariado com intervenção nos diferentes domínios de actividade” (Catarino, 2006).

e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas” (art. 2º).

Esta lei veio formalizar as práticas de solidariedade, excluindo toda a atividade que seja esporádica e realizada no âmbito familiar e de amizade/vizinhança, ou seja, todas as práticas informais e individuais de solidariedade e entreajuda. Como nos diz Martín, “o voluntariado tem uma série de características que faz com que seja diferente da assistência espontânea ou do cuidado prestado pela família ou amigos” (2005: 16).

Esta definição mostra claramente uma visão que se decide pela vertente formal do voluntariado (carácter regular e institucional). Desta forma, a lei portuguesa exclui diversas ações, de cariz comunitário e de interesse social, pelo facto de estas decorrerem na esfera familiar ou comunitária, o que, limita muito a ação voluntária na nossa sociedade (Gomes, 2009: 20).

Este enquadramento legal coloca nitidamente em contraposição as ações voluntárias de iniciativa individual e de carácter formal e as de ações enquadradas em iniciativas institucionais de carácter formal.

Esta dicotomia, ao excluir a possibilidade de existência de uma relação direta entre a ação formal e informal, não potencia todas as capacidades do voluntariado, demonstrando a carácter restritivo que a lei portuguesa assume. Na sociedade civil portuguesa onde o espaço informal, nomeadamente o espaço doméstico é muito forte, autónomo e com uma ampla tradição de solidariedade e entreajuda, satisfazendo muitas vezes as falhas do Estado, parece surgir a necessidade de incorporar na definição de voluntariado esta esfera doméstica tão ativa e com fortes raízes em Portugal (Gomes, 2009: 21).

A ajuda familiar é geralmente considerada uma norma social, um dever de reciprocidade ou mesmo um “estado de dívida” entre as gerações. A ajuda familiar, sendo flexível, com várias funções e polivalente, apresenta fortes vantagens face aos serviços prestados pelo Estado ou mesmo pelo terceiro sector. A nossa sociedade é marcadamente caracterizada pelo forte papel das formas não organizadas de solidariedade na proteção social pelo que Boaventura de Sousa Santos a cunhou de “sociedade-providência”, por oposição à frágil incidência do Estado-Providência em Portugal (Delicado, 2003: 221).

O mesmo enquadramento legal define o voluntário como “o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora” (art. 3º).

Contrariamente ao que sucede noutros países europeus, a legislação nacional determinou também um estatuto individual do voluntário, em que são definidos, por exemplo, um leque de direitos e deveres.

O único trabalho empírico acerca do voluntariado em Portugal é-nos dado por Delicado *et al* (2002). A primeira conclusão dessa análise é que as taxas de voluntariado existentes em Portugal são muito inferiores às existentes noutros países europeus (Martín, 2005: 38).

Portugal revela valores mais baixos de voluntariado em todos os tipos de organização do que a média europeia⁹. Estas baixas taxas são explicáveis por alguns fatores, de entre os quais se podem destacar: uma democracia muito tardia, que se seguiu a quarenta e oito anos de um regime autoritário, onde a participação associativa fora do controlo direto do Estado não era permitida; a persistência de uma cultura cívica muito incipiente; uma baixa mobilização exercida pelas *media*; a importância que a socialização primária tem sobre as práticas associativas; e pelas características do terceiro setor, que apesar de assegurar uma parte substancial das funções de proteção social, é fortemente dependente do Estado, pelo que sobrevive principalmente do trabalho assalariado, dispensando o recrutamento de voluntários, desencorajando assim, a participação voluntária (Delicado, 2003: 236-238).

O fraco investimento das organizações promotoras de voluntariado na divulgação da sua atividade também condiciona a escassez de voluntários (Martín, 2005: 39).

De um modo geral, as conclusões a que este estudo chegou, refletem o baixo investimento que algumas instituições fazem nos seus voluntários e a representação negativa que existe em relação aos voluntários e ao voluntariado.

Será esta falta de valorização o principal obstáculo que os voluntários têm que atravessar?

Apesar dos baixos níveis de participação em organizações formais, estes valores não excluem a manifestação da solidariedade dos portugueses. A prestação de cuidados informais a familiares e vizinhos é uma prática corrente em Portugal.

⁹ Em Portugal, as taxas de participação associativa (voluntária) são muito baixas, mas entre as associações com maior número de aderentes encontram-se as organizações religiosas (Delicado, 2003: 217).

1.1.1. Os princípios do voluntariado em Portugal

Seguindo de perto o enquadramento legal que vigora em Portugal, a Lei nº 71/98 de 3 de Novembro, farei, de seguida, uma análise aos princípios que enquadram o voluntariado em Portugal.

Segundo o art. 6º:

“1- O voluntariado obedece aos princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência.

2- O princípio da solidariedade traduz-se na responsabilidade de todos os cidadãos pela realização dos fins do voluntariado.

3- O princípio da participação implica a intervenção das organizações representativas do voluntariado em matérias respeitantes aos domínios em que os voluntários desenvolvem o seu trabalho.

4- O princípio da cooperação envolve a possibilidade de as organizações promotoras e as organizações representativas do voluntariado estabelecerem relações e programas de acção concertada.

5- O princípio da complementaridade pressupõe que o voluntário não deve substituir os recursos humanos considerados necessários à prossecução das actividades das organizações promotoras, estatutariamente definidas.

6- O princípio da gratuidade pressupõe que o voluntário não é remunerado, nem pode receber subvenções ou donativos, pelo exercício do seu trabalho voluntário.

7- O princípio da responsabilidade reconhece que o voluntário é responsável pelo exercício da actividade que se comprometeu a realizar, dadas as expectativas criadas aos destinatários do trabalho voluntário.

8- O princípio da convergência determina a harmonização da acção do voluntário com a cultura e objectivos institucionais da entidade promotora.”

(in Lei nº 71/98 de 3 de Novembro)

De entre os princípios enunciados, saliento três, que para a realização deste trabalho, considero mais relevantes: o da *solidariedade*, o da *gratuidade* e o da *responsabilidade*.

O facto de o voluntariado ser enquadrado num determinado projeto de uma entidade promotora, constitui uma série de premissas, como os direitos e deveres do voluntário numa

organização, o programa de voluntariado, a questão do compromisso, que assim, outorgam ao voluntariado uma importância social de relevo.

Existe um número crescente de pessoas que consideram ser sua responsabilidade intervir em prol de uma sociedade mais justa e mais solidária, sendo alargada a diversidade de motivações que os unem na participação cívica e na ação voluntária, observa-se a predominância do princípio da *solidariedade* e do bem comum.

A gratuidade é entendida como o princípio que determina que a ação voluntária se realiza de livre vontade, sem esperar qualquer recompensa ou retribuição. Segundo Martín, “não há dúvida que algumas áreas de intervenção social serão desenvolvidas através ou graças a programas de voluntariado; sem esse elemento de voluntariedade, intervenções extremamente importantes para a sociedade não se realizam, ou implicariam um custo insuportável” (2005: 17).

Nas palavras deste autor, a *gratuidade* é um dos elementos primordiais do voluntariado, pois pode contribuir para reduzir de forma eficaz os custos da intervenção social, uma vez que a entrega pessoal gratuita e desinteressada permite que a maior parte do orçamento das instituições promotoras reverta diretamente para os grupos sociais mais precisados (Martín, 2005: 17).

1.2. O conceito de voluntariado

O voluntariado é, sem dúvida, um fenómeno social que existe sob múltiplas formas devido à história, tradição e cultura de cada país, o que conduz à afirmação de que este é um fenómeno amplo, com significados muito diversos conforme o contexto em que está inserido, sendo por esse motivo, difícil de definir.

Importa, assim, encontrar um conceito amplo de voluntariado que possibilite acolher essa diversidade de formas e de elementos.

A literatura publicada sobre o voluntariado multiplicou-se a um ritmo considerável desde o início da década de 70, testemunhando o interesse crescente por uma área de atividade socioeconómica, outrora desvalorizada (Santos, 2002: 22). Este interesse deve-se não apenas à multiplicação de organizações voluntárias, como também devido ao questionamento que esta atividade suscita face aos serviços que presta em relação à intervenção estatal.

Várias teorias foram sendo construídas, no sentido de melhor apreender as dinâmicas inerentes a esta atividade. A teoria económica foi a primeira a interessar-se por ela. Definiu-a,

genericamente, como “o corpo de indivíduos que se associa com o fim de prosseguir tarefas públicas delegadas ou prosseguir tarefas públicas para as quais existe procura, mas nem o Estado, nem o setor privado lucrativo avançam no sentido de as satisfazer” (Hall *apud* Santos, 2002: 23).

O certo é que os termos “voluntariado” e “voluntário” são cada vez mais utilizados na nossa sociedade, sem que esta utilização se faça acompanhar de uma clara delimitação do seu significado. Apesar da vasta série de conceitos de voluntariado, é possível identificar algumas características centrais da ação voluntária.

Há três características-chave que definem o voluntariado. Primeiro, esta atividade não deve ser realizada visando uma remuneração financeira; segundo, a atividade deve ser realizada voluntariamente, de acordo com a livre vontade do indivíduo; terceiro, a atividade deve beneficiar em primeiro lugar não o voluntário, mas outra pessoa/sociedade em geral, embora se reconheça que o trabalho voluntário também traga benefícios para o próprio voluntário, ou seja, são atividades que têm por objetivo o trabalho em prol de outras pessoas, para além do círculo de relações familiares/vizinhança, e que são dirigidas para outros grupos sociais, tendo por objetivo a contribuição para a sociedade como um todo¹⁰.

O valor especial concedido ao voluntariado deriva, assim, de uma contribuição voluntária para moldar a sociedade. Não se trata da prestação de serviços, de substituir o trabalho pago por não pago ou de substituir o papel do Estado, mas sim, de uma contribuição individual e altruísta, de uma participação ativa dos cidadãos para um bem comum.

É evidente que, por si só, o voluntariado não tem capacidade de transformar meios humanos sem qualificação ou recursos financeiros insuficientes em instrumentos eficazes de luta contra à marginalização social e contra o desrespeito pelos direitos cívicos/políticos dos cidadãos que vivem em situações de marginalização ou exclusão social.

É enorme o potencial de desenvolvimento do voluntariado, particularmente no domínio social. Como foi dito anteriormente, o voluntariado pode ser definido como uma atividade pessoal, livremente gratuita, ao serviço de outrem e do bem comum. O voluntariado social, no seu todo, caracteriza-se por se dedicar ao domínio social e pela disponibilidade para todos os problemas que daí decorrem.

¹⁰ A ação voluntária deve ser realizada ‘voluntariamente’, de acordo com a vontade do indivíduo, e não como uma obrigação prevista na lei ou um contrato. A decisão de alguém se dedicar ao trabalho voluntário pode ser influenciada pela pressão social, valores pessoais ou obrigações culturais/sociais, mas o indivíduo deve ser sempre capaz de escolher se quer ou não fazê-lo.

O voluntariado (social) teve e continua a ter como objeto preferencial de ação as desigualdades sociais, as quais se podem considerar como pilares da sua existência (Amaro: 2002: 34). Subentendida está a ideia de que a sociedade, no seu normal funcionamento, não consegue solucionar essas desigualdades, impondo formas alternativas de intervenção, de que o trabalho voluntário surge historicamente como uma solução.

O voluntariado social, particularmente o de proximidade, é caracterizado pela antiguidade, universalidade, natureza, adaptabilidade, igual dignidade e complementaridade entre trabalho voluntário e trabalho remunerado. A entreatajuda básica é parte integrante da história da humanidade, desde a sua origem e, ao longo da mesma, foram aparecendo modalidades de voluntariado, mais ou menos organizado. A esta antiguidade está associada a universalidade do voluntariado, uma vez que, todas as pessoas são, ou pelo menos potencialmente, sujeitos agentes e destinatários de voluntariado, e qualquer problema social pode ser abrangido por ele. Da natureza e universalidade do voluntário sucede a sua adaptabilidade a todas as pessoas e a todos os problemas. Outra característica do voluntariado social é a sua dignidade face ao trabalho remunerado. Ao contrário de ideias pré-estabelecidas, não é certo afirmar que o trabalho remunerado é, por natureza, mais organizado/qualificado que o trabalho voluntário; nem que este é, por natureza, mais solidário e dedicado que aquele (Catarino, 2007: 15-16).

Três classificações do voluntariado revestem-se de especial importância na perspetiva do relacionamento deste com a ação: trata-se das classificações quanto ao local em que a atividade é exercida, quanto ao âmbito da mesma e quanto ao tipo de responsabilidade.

Relativamente ao local de exercício, podem distinguir-se o voluntariado de proximidade, o de instituição e o misto. O de proximidade é caracterizado por se efetuar nas relações de vizinhança, mais ou menos restrita. Por norma, estes voluntários exercem a sua atividade no próprio meio em que residem/trabalham, e como tal, têm um conhecimento mais direto dos casos e problemas sociais, e desencadeiam de seguida as diligências na procura de soluções. O voluntariado de instituição é exercido a nível dos equipamentos sociais, de unidades de saúde, de estabelecimentos prisionais ou de outras organizações. O seu posicionamento relacional para com os beneficiários da ação é o de cooperação na procura de soluções para os problemas detetados, tal como sucede no voluntariado de proximidade, contudo, contrariamente a este, encontram-se igualmente do lado das respostas, tornando-se indispensável um esforço constante de preservação da identidade própria e de não confusão com o estatuto dos profissionais remunerados. O voluntariado misto é caracterizado por incluir elementos dos dois tipos anteriores. Pode mesmo afirmar-se que não existe nenhum

dos outros dois tipos de voluntariado em estado puro, apesar de, por via da regra, se poder observar a predominância de um ou de outro (Catarino, 2007: 11).

Quanto ao âmbito pessoal/material (pessoas/problemas), distinguem-se o voluntariado genérico (engloba a maioria dos problemas, visando a universalidade) e específico (engloba apenas alguns problemas e, no limite, apenas um). Quanto aos tipos de responsabilidade, distinguem-se o voluntariado promotor, o de direção, o de assessoria e o de execução (Catarino, 2007: 11).

O voluntariado é um produto de contexto da sociedade em que se integra. Numa visão global, o voluntariado não é somente uma atividade sem contrapartida monetária, livre, organizada e solidária, produz também valores de uso (pelos serviços prestados e pelos resultados obtidos), mediante os quais se satisfazem necessidades comunitárias. Enquanto atividades solidárias, são muito vantajosas para a comunidade onde estão inseridas.

1.2.1. O conceito de voluntariado (social) de proximidade

Existe voluntariado em muitas áreas ou domínios: social, proteção civil, coletividades locais, cidadania, cultura, educação, ambiente, religião, associativismo em geral e instituições do setor privado sem fins lucrativos.

Destaca-se aqui, a área do social e, nela, o voluntariado de proximidade, com base no facto de existirem, em todo o país, muitas situações de miséria, pobreza, doença, deficiência e exclusão que não encontram o devido acompanhamento. Por esse motivo, o voluntariado social de proximidade deveria ser implementado por toda a parte e assegurar, algumas funções consideradas indispensáveis, como: o conhecimento dos casos e problemas sociais; a prestação do apoio possível; a intervenção junto das instituições/organismos competentes para as soluções necessárias; e, fazer o acompanhamento dessas situações até à obtenção dessas soluções¹¹.

¹¹ Os grupos de voluntariado social de proximidade facilitam o conhecimento imediato de cada situação de carência e a cooperação na procura das soluções necessárias. Estes grupos não se caracterizam pela capacidade de resposta às situações de carência, mas sim pela cooperação solidária com quem as vive, e pela articulação com as entidades que dispõem dos meios para as soluções necessárias.

Esta prática pode assumir diversas formas. Concretizá-la com base nas relações de proximidade é uma proposta revolucionária que visa resgatar os laços de solidariedade existentes numa comunidade¹².

De um modo geral, pode-se definir voluntariado de proximidade como uma atividade desenvolvida pelos voluntários a nível local, tendo por base as relações de proximidade, no sentido de prestar apoio pessoal e social a pessoas, famílias ou instituições, em contexto domiciliário e/ou institucional, procurando dar resposta a problemas que não necessitam de uma resposta específica de natureza profissional.

A dinâmica de criação destes grupos é inerente a algumas instituições e movimentos, de âmbito nacional ou mais restrito. Contudo, a experiência tem demonstrado que tal dinâmica está muito longe de atingir os seus objetivos. Como tal, é recomendado que as Comissões Sociais de Freguesia e os Conselhos Locais de Ação Social, quando existem, estimulem a criação destes grupos de voluntariado de proximidade¹³ (Catarino, 2006: 12). Para que os grupos de voluntariado social cumpram a sua missão é essencial que existam e funcionem em rede. Este trabalho em “rede” pressupõe evitar lacunas e duplicações de problemas/casos sociais e atender.

1.3. Perspetivas sociológicas do voluntariado

O voluntariado assume diferentes conceitos relativamente ao contexto e dimensão em que nos posicionamos, contudo, entre essa diversidade existe um traço comum: o voluntariado visa, maioritariamente, nas sociedades contemporâneas, a diminuição das injustiças e das desigualdades sociais.

Os últimos anos têm sido caracterizados pelo crescimento da solidariedade a nível mundial, expressa num aumento de tomada de consciência para questões ambientais, dos direitos humanos e a ideia de que cada vez é mais urgente promover o bem-estar público através de ações voluntárias. Em muitos destes casos, a ação voluntária manifesta-se por uma ação

¹² O Voluntariado de Proximidade, tal como é entendido neste contexto, pressupõe a existência de uma rede de voluntários e de beneficiários que têm em comum a proximidade geográfica.

¹³ A constituição de Núcleos de Voluntariado de Proximidade incentiva a cultura de solidariedade, visto que há um fator de pertença geográfica dos voluntários à localidade em que desenvolvem a atividade, proporcionando assim, um melhor conhecimento das necessidades gerias e do seu contexto. Favorece, igualmente, a criação de laços de solidariedade e de confiança, os quais, contribuem para colmatar ou resolver algumas necessidades, particularmente, no que diz respeito às pessoas idosas.

solidária conduzida aos indivíduos que estão numa situação de privação (material, saúde, cultural, etc.).

Nesta ótica, é possível afirmar que a presença do “outro” (beneficiário da ação voluntária) é um fator fundamental para a realização do voluntariado. Este, ao remediar necessidades, e ser capaz de transformar realidades sociais aparece como um fenómeno social complexo, no qual se estabelecem relações sociais, onde voluntários e beneficiários ocupam o papel principal e dinâmico nas sociedades contemporâneas (Gomes, 2009: 25).

1.3.1. Solidariedade e voluntariado

“O voluntariado como fenómeno social é um facto inegável, que confirma a existência da solidariedade, admitindo múltiplas formas de organização segundo a cultura e tradição de cada país” (Martín, 2005: 15).

O uso mais conhecido do termo *solidariedade* nas ciências sociais deve-se a E. Durkheim. A solidariedade *durkheimiana* diz respeito à relação entre indivíduos e coletividade, sendo distinguíveis nas sociedades humanas dois tipos de solidariedade, que correspondem a duas fases evolutivas, a solidariedade mecânica das sociedades tradicionais, em que os indivíduos pouco diferem uns dos outros, partilham os mesmos sentimentos, obedecem às mesmas crenças e aderem aos mesmos valores, e a solidariedade orgânica, típica das sociedades modernas, em que a harmonia social é assegurada pelas diferentes funções dos indivíduos (Paugam, 2007: 7-8).

Segundo Léon Beourgeois, a solidariedade é o fundamento do laço social, ela deve corresponder a uma adesão racional que emana de um contrato implícito que une o indivíduo à sociedade como um todo, visto que existe para cada homem vivo dívida para com todos os homens vivos (Paugam, 2007: 15).

A solidariedade é um valor com antigas raízes clássicas e é visível nas determinações das principais religiões do mundo. Se nas sociedades tradicionais europeias é fundamentada como um dos valores cristãos, o processo de industrialização recentrou o conceito de solidariedade nas classes sociais, particularmente na explicação dos movimentos operários. No século XX este valor norteia a constituição do Estado-Providência, como instituição de solidariedade regulada pelo Estado (Mozzicafreddo *apud* Delicado, 2003: 201).

Alguns autores identificam duas grandes tradições de solidariedade: o pensamento cristão tradicional, vocacionado para a ajuda caritativa aos mais necessitados, e a prática política de esquerda, em que a ação benemérita é feita em nome da justiça social (Delicado, 2003: 201).

O voluntariado da atualidade apresenta-se sob novos contornos, renovados que são pelas novas características que moldam a modernidade social. Deste modo, enquanto oriundos dos ideais religiosos traduzidos na prática da caridade, o voluntariado nos dias de hoje continua a regular-se pela sua doutrina. No entanto, apenas e só na medida em que aquelas se baseiam num ideal de ação humanitária, pois apesar do seu surgimento de desenvolvimento ter sido ativado pela caridade e assistência cristã, atualmente a sua moral deve ser entendida “não como esmola, não como relação unilateral entre o que dá e o que recebe, entre um superior e o outro que é inferior” (M. Soares *apud* Leandro e Cardoso, 2005: 43), mas antes enquanto uma relação de solidariedade, baseada na reciprocidade.

Na atualidade, o debate nas ciências sociais vai no sentido de perceber em que medida a solidariedade persiste num contexto de individualização, secularização e perda de identidade de classe.

Nas sociedades contemporâneas individualistas, o funcionamento regular das relações sociais exige uma socialização dos indivíduos para o contributo voluntário para o bem comum e a interiorização da importância da preocupação com o outro (Delicado, 2003: 202).

A prática do voluntariado implica que o objetivo último é a mudança de determinadas condições que são avaliadas como negativas para outros cidadãos.

O princípio da solidariedade é um dos princípios que consta no Lei do Voluntariado em Portugal. Este princípio exprime a responsabilidade de todos os cidadãos pela realização dos fins do voluntariado, sendo a atividade a que se refere a lei descrita por se revestir de interesse social/comunitário e por poder ser desenvolvida em diferentes domínios (cívico, ação social, saúde, educação, ambiente, entre outros) (art.º 6º da Lei nº 71/98 de 3 de Novembro).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) “a solidariedade que se expressa através do voluntariado é um forte instrumento para a construção da paz e da justiça no mundo” (Rocha, 2006: 9). Esta ideia corresponde a uma dimensão universal da solidariedade presente no voluntariado.

Esta organização reconhece benefícios sociais visíveis no voluntariado e realça algumas das suas características: reforço dos laços sociais, na medida em que a integração em grupos desenvolve um sentido de responsabilidade cívica e de pertença; aumento da tolerância face à diversidade e à diferença; e, a componente de participação existente no voluntariado

possibilita um melhor entendimento das diferentes forças existentes na sociedade e pode ajudar a melhorar o sentido de responsabilidade e de governância (Rocha, 2006: 9-10).

A solidariedade pode assumir duas formas distintas, formal e informal. “A solidariedade formal (...) resulta da actuação de instituições estatais e outras sem fins lucrativos. A solidariedade informal é a que resulta da acção de toda a rede familiar, de vizinhança e amigos da pessoa alvo de ajuda” (Martins *apud* Coelho, 2008: 13). Delicado acrescenta ainda a solidariedade social, “actividades filantrópicas nos domínios da protecção social, saúde, educação e formação, cooperação e desenvolvimento da protecção civil e socorrismo” (2002a: 21).

O voluntariado invoca por uma representação da sua ação cada vez mais profissionalizante, em que a formação contínua está sempre presente no grau de requisitos para se ser voluntário, tal como a ideia do selar de um compromisso social, operacionalizada na adoção de uma atitude responsável, que não deve ser descontínua, mas uma demonstração contínua de solidariedade (Leandro e Cardoso, 2005: 121).

Segundo estas autoras, a solidariedade “constrói-se na partilha, na mutualidade, na reciprocidade” (2005: 121). Deste modo, as duas partes que constituem a relação social do voluntariado alcançam, cada uma à sua maneira, a felicidade, pois havendo uma relação social, há sempre uma contra-dádiva. Constrói-se assim, uma relação assente na igualdade, e é exatamente a materialização desta reciprocidade de sentimentos, desta partilha, que pode estar na base do crescimento do número de voluntários e associações de voluntários que a contemporaneidade tem vindo a conhecer.

Este princípio da solidariedade faz do voluntariado um elemento muitíssimo positivo da nossa sociedade. Não há dúvida de que os voluntários e as organizações a que estão associados, na sua maioria, conservam os ideais de solidariedade (Martín, 2005: 19).

Pode-se concluir, de um modo geral, que o voluntariado constitui uma componente relevante a analisar para se avaliar os níveis de solidariedade das sociedades.

1.3.2. Cidadania e voluntariado

Com a reentrada na esfera da conceptualização teórica, o conceito de cidadania¹⁴ tornou-se, a partir dos anos 90, um conceito de moda particularmente, de moda política. Nos dias de hoje,

¹⁴ “Cidadania é um constructo moral, político e jurídico ambivalente que aparece em sociedades históricas, complexas e abertas, nas quais o dilema entre indivíduo e sociedade é equacionado mediante o surgimento de esferas públicas que valorizam o «mundo comum»” (Martins, 2009: 55).

não pode deixar de ser encarado como um dos conceitos que maior potencial explicativo pode encerrar no estudo da sociedade civil e política contemporânea (Santos, 2002: 9).

Por detrás de uma aparente transparência, o conceito de cidadania corresponde a uma complexidade refletida, particularmente, nos diferentes sentidos que o conceito integra.

Em primeiro lugar, a cidadania constitui um julgamento moral em que, na linguagem comum, a designação de verdadeiro cidadão está dependente de um julgamento positivo sobre a moralidade da conduta de um determinado indivíduo (Santos, 2002: 10).

Depois, cidadania assume-se também como um conceito concreto, empírico e descritivo, sempre que faz referência a um conjunto de direitos e obrigações conferidos aos indivíduos.

Por fim, o conceito de cidadania pode ser abordado como um conceito analítico no qual abrangeria: a proteção que o poder estatal faculta aos seus membros centrais; as oportunidades concedidas pelo poder estatal aos seus membros centrais no âmbito da participação política; e a combinação dos elementos anteriores (Santos, 2002: 10).

Turner considera que uma definição sociológica de cidadania não pode deixar de integrar práticas de âmbito legal, social, político e cultural. Este autor desenvolve uma definição coincidente com a de T. H. Marshall, autor que se assume como o fundador da abordagem sociológica da cidadania, a qual traduz um estatuto gozado por um indivíduo membro do pleno direito de uma comunidade (Santos, 2002: 10).

Para além de um aglomerado de direitos e deveres, a cidadania deve ser entendida como um conjunto de práticas e atribuições que concretizam os atributos provenientes do deter, de um estatuto social inclusivo, por parte do indivíduo.

O principal motor da extensão da ideia de cidadania, tal como é hoje entendida, prende-se com o desenvolvimento dos processos democráticos, que possibilitaram gradualmente que a definição de cidadão fosse liberta de diversas discriminações, como as de sexo, idade ou etnicidade¹⁵.

Existe um processo cultural que enfatiza a participação livre dos cidadãos, no momento de decidir a sua pertença a organizações por motivos de afinidade, ideologia ou simples vontade. A difusão rápida do voluntariado inscreve-se na constituição do cidadão, que decide livremente o seu compromisso na esfera privada da vida e participa na construção de uma

¹⁵ “A cidadania não é, ao contrário do que possa supor o senso comum, uma espécie de «direito natural» humano e universal” (Martins, 2009: 58).

sociedade cooperativa. Deste modo, o voluntariado identifica-se com a pertença que se suporta no exercício da cidadania e na decisão individual (Roca, 2002: 87).

O voluntariado para além de ser entendido como uma atividade pessoal, ao serviço dos outros e do bem comum, é também uma manifestação singular da ação participativa dos cidadãos para melhorar as suas próprias condições de vida. Assim, o dinamismo da sociedade civil encontra-se expresso no voluntariado, o espaço por excelência do exercício de uma cidadania ativa e participada.

O indivíduo contemporâneo expressa no seu novo papel de cidadão, que “não só exige os seus direitos, como cada vez mais é levado a sentir que é seu dever, tanto respeitar, como demonstrar esse respeito com o seu envolvimento na luta pela implantação de um mundo mais solidário” (Leandro e Cardoso, 2005: 43). Assim, nas palavras de Eiras “ser voluntário é a plenitude da cidadania. Quem não é voluntário está a fugir às suas responsabilidades de cidadão e de ser humano” (2001: 3). “Tornou-se lugar-comum afirmar que o voluntariado é uma expressão relevante de cidadania; sem dúvida que assim é; mas não é menos verdade que ele não se reduz a essa expressão” (Catarino, 2007: 17), no entanto, é uma certeza que o voluntariado já faz muito, e pode fazer ainda mais pela cidadania. O voluntariado é e deve ser uma das formas de exercício de direitos cívicos que organiza capacidades e vontades, de contribuir para que todos os cidadãos tenham melhores condições para construir o futuro que desejam para si e para os que de si dependem.

Assim, O voluntariado é indissociável da cidadania ativa que está no cerne da democracia. Os cidadãos participam na vida social não só através do seu empenho político mas também na busca de uma resposta pertinente para os problemas sociais. Ao colocarem-se ao serviço da sociedade, poderão realizar a sua vontade de ação concreta. Dentro deste espírito, cada indivíduo trabalha para terceiros, quer nos seus tempos livres, quer no âmbito de uma atividade de voluntariado, servindo assim o bem comum. É justamente esta forma de cidadania ativa que, na nossa sociedade, gera nos cidadãos um forte sentimento de pertença. Pode-se considerar, portanto, o voluntariado como um dos melhores exemplos de participação e uma componente fundamental da cidadania ativa.

Concluindo, o voluntariado tende a identificar-se cada vez mais com o cidadão ativo (aquele que contribui para causas que promovam o bem-estar da população), consciente do seu papel social e ciente das implicações dos direitos que a cidadania lhe concede, uma vez que essa mesma cidadania impele cada vez mais um dever de dispor de tempo, esforço e recursos, a favor da comunidade (Santos, 2002: 18).

CAPÍTULO II – O CONTRIBUTO DO VOLUNTARIADO PARA O BEM-ESTAR DOS IDOSOS

2. O envelhecimento

“Vive-se hoje com crescente perplexidade e incómodo social um dos paradoxos mais notáveis do desenvolvimento e da modernização nos países industrializados: aumenta sistematicamente a esperança de vida, mas esvazia-se de autonomia, de *status* social, de oportunidades e de qualidade de vida a condição social da maior parte da população mais idosa”

(Casanova, 2001: 9).

A delimitação do período em que se considera o ser humano como idoso é difícil de concretizar, visto que o envelhecimento é um fenómeno que ocorre a vários níveis e é variável de pessoa para pessoa.

Na verdade, é difícil definir os idosos como um grupo com características próprias e comuns que os diferenciam de outros grupos. A idade cronológica aparece, aparentemente, como um marco e uma forma relativamente precisa de identificar esse grupo. No entanto, as características referentes ao desenvolvimento biológico, psicológico, mental e social, podem ser diferentes entre indivíduos, que qualquer classificação se torna arbitrária (Pimentel, 2001: 52).

O modo como se envelhece e a maior ou menor valorização que é dada a esse processo está dependente mais das sociedades humanas do que da natureza. Conforme as épocas e as culturas e, conseqüentemente, conforme os modos de vida e os meios científicos, médicos e tecnológicos, assim varia a forma como envelhecemos (Pimentel, 2001: 53).

Definir o que é uma pessoa idosa é uma tarefa complicada e geralmente muito imprecisa. Segundo Philibert, “uma pessoa idosa é sempre uma pessoa com mais idade que a maioria daquelas que a rodeiam” (Philibert *apud* Pimentel, 2001: 54). Logo, uma pessoa idosa é uma pessoa que sabe que o tempo que tem para viver é mais curto do que o que já viveu e do que o que a maioria das pessoas que a rodeiam têm para viver (Pimentel, 2001: 54).

Nos nossos dias, e na nossa sociedade, não é tarefa fácil definir os limites em que começa e acaba a terceira idade, pois se a idade da reforma¹⁶ (65 anos) era uma referência, fictícia, mas

¹⁶ “Em todas as sociedades do presente e do passado os idosos têm constituído um grupo social com um estatuto particular, mas só na sociedade urbano-industrial foi estabelecido institucionalmente o limite da idade activa. Com a idade da reforma, o trabalhador é colocado na terceira e última fase da sua vida – a velhice, eufemisticamente chamada terceira idade” (Hespanha, 1993: 319).

segura, do começo da velhice, actualmente as pessoas reformam-se cada vez mais cedo por diversos fatores (incapacidade física, desemprego, reforma antecipada), o que torna difícil definir quem é idoso e quem não é.

Por outro lado, o período da velhice é cada vez mais alargado, o que coloca em causa o papel passivo que a sociedade tem atribuído aos idosos. Assim, definir o envelhecimento e, conseqüentemente o que é ser idoso, depende, acima de tudo, da sociedade em que o indivíduo está inserido, do seu contexto cultural e da época em que vive. Segundo Martins, “as formas de envelhecimento inserem-se num contexto cultural específico e são determinadas por este em parte, mas o mais importante é a forma como o idoso se percepção a si e ao mundo que o rodeia e como vive esta fase da vida” (Martins *apud* Coelho, 2008: 9).

Uma multiplicidade de fatores têm convergido para excluir a população idosa da vida social e fixá-la num estatuto de dependência.

As representações sociais que se fazem do idoso são muitas vezes depreciativas¹⁷, “as imagens negativistas e os mitos que se têm construído à volta do processo de envelhecimento desvalorizam o estatuto social do idoso e condicionam as suas oportunidades de realização e auto-valorização”¹⁸ (Pimentel *apud* Coelho, 2008: 9). Vários são os estudos que se têm debruçado sobre as ideias pré-concebidas que existem acerca dos idosos e a forma como essas ideias regulam a maneira de ser e de estar dos mesmos (Pimentel, 2001: 60). Uma das imagens mais popularizadas, e que dá origem a muitas outras, é a de que o idoso tem as suas capacidades muito limitadas. Relacionado com esta perda de capacidades, aparece o “mito da improdutividade”, que vem sustentar a ideia de que o idoso é incapaz de trabalhar e de contribuir com algo útil para a sociedade. Esta imagem de improdutividade delimita o seu espaço de ação e agrava situações de dependência (Pimentel, 2001: 61-62).

O envelhecimento das estruturas demográficas tem favorecido o aumento da visibilidade dos mais velhos, com particular relevância dos casos problemáticos. “A velhice tornou-se um problema social e passou a mobilizar gente, meios e esforços e atenções” (Fernandes *apud* Coelho, 2008: 10).

¹⁷ “Sendo um dado adquirido que a sociedade do futuro irá ser das pessoas mais velhas e não dos jovens, e a maioria de nós tem a legítima esperança de viver muitos anos, é, com efeito, surpreendente (...), o pessimismo com que olhamos o nosso próprio destino, demonstrando a má imagem que temos de nós como futuros idosos” (Cabrillo e Cachafeiro, 1990: 14).

¹⁸ “O “velho sábio”, muitas vezes analfabeto, tornou-se numa pessoa fora da época que conta coisas que as gerações mais novas, na sua grande maioria, pensam ter pouco interesse” (Nazareth, 2009: 14).

Segundo Lenoir, um problema social é uma construção social e não o resultado do mau funcionamento da sociedade. A constituição de um problema como social pressupõe um trabalho em que estão envolvidas quatro dimensões: reconhecimento, legitimação, pressão e expressão (Lenoir, 1998: 84).

O reconhecimento implica tornar visível a situação do envelhecimento da população; a legitimação pressupõe a tentativa de introdução do problema no campo das preocupações sociais; a legitimação consiste no esforço de denunciar o problema por parte dos indivíduos que ocupam posições privilegiadas; e a expressão traduz-se em formas de expressão social. No caso da transformação do envelhecimento em problema social, levanta novas definições de velhice e de envelhecimento. Assim, a concepção de uma nova imagem do envelhecimento é criada segundo uma categorização e criação de uma nova terminologia aquando da referência aos idosos (Lenoir, 1998: 84).

O problema social dos idosos é, certamente, um dos mais graves problemas sociais que afecta a sociedade portuguesa (Bruto da Costa, 1998: 7).

São essencialmente duas as questões que hoje fazem com que os idosos estejam no centro das atenções dos cientistas, técnicos, e políticos e da população em geral: a sua global exclusão da vida social e o problema da sustentabilidade dos sistemas de segurança social e da solidariedade em geral (Casanova, 2001: 11 e Fernandes, 1997: 2-3).

2.1. O envelhecimento da população¹⁹

O envelhecimento populacional²⁰ representa, sem dúvida uma das principais questões demográficas e sociais do mundo contemporâneo, com incidência especial nas sociedades mais industrializadas e desenvolvidas (Casanova, 2001: 19). Ultrapassando amplamente uma simples questão quantitativa, resultado direto do acréscimo absoluto e relativo no número de pessoas idosas, o envelhecimento demográfico reflete cada vez mais uma nova realidade social, económica, sociológica, cultural e mesmo política, com profundas repercussões no

¹⁹ “Em demografia, uma população envelhece sempre que se regista uma redução da importância relativa de pessoas nas idades mais jovens” (Fernandes, 1997: 31).

²⁰ “O envelhecimento começou a ser encarado como uma catástrofe colectiva, uma doença que afligia as sociedades industrializadas (havendo quem, nesse sentido, o tivesse apelidado de «cancro social» ou de «peste branca»). Esse modo pejorativo de entender o envelhecimento demográfico fez com que durante algum tempo se tivesse tentado travar a sua ocorrência” (Rosa, 1996: 1184).

campo da saúde, no sistema de pensões, na política de habitação, na assistência médica e no domínio do apoio individual às pessoas idosas e respetivas famílias (Cónim, 1999: 4).

O envelhecimento demográfico gradual da população mundial nas próximas décadas é uma certeza. As razões desta tendência refletem os substanciais progressos humanos alcançados nos últimos anos: uma mortalidade infantil mais baixa; melhor nutrição, educação, cuidados de saúde e acesso ao planeamento familiar; e uma esperança de vida mais elevada (Cónim, 1999: 3).

Segundo projeções elaboradas pela ONU “no ano de 2030 uma terça parte da população de vários países industrializados terá mais de 60 anos. Em 2150 um terço da população mundial terá 60 e mais anos de idade” (Cónim, 1999: 3).

A queda do índice de fecundidade aliada ao aumento da esperança de vida manifesta-se no crescimento do número de pessoas idosas e no acentuado decréscimo da franja mais jovem, com inevitáveis implicações na diminuição da população ativa. Nesta linha, o envelhecimento da população espelha um processo de “duplo envelhecimento”, indicando um decréscimo de efetivos na base da pirâmide etária (envelhecimento da base), traduzido pela redução da fecundidade, paralelamente a um crescimento do número de efetivos no topo da pirâmide (envelhecimento do topo), em virtude do acréscimo da esperança média de vida (Pimentel, 2001: 44, Casanova, 2001: 19 e Cónim, 1999: 5).

Hoje existem mais idosos, quer como proporção da população total, quer em termos absolutos. Este duplo envelhecimento da população causa um desequilíbrio entre o peso relativo das diferentes gerações e poderá estar na base de graves problemas sociais, de entre os quais se podem destacar aqueles que podem estar na origem de desequilíbrios de forças e de recursos, como o aumento da esperança de vida proporciona o surgimento de pessoas de idade cada vez mais avançada e, certamente, mais dependente, e a diminuição da natalidade compromete que a percentagem de jovens na população total tenda a baixar. Esta realidade espelha-se, quer na organização familiar, tornando a rede de parentesco menos extensa e com menos probabilidades de partilha dos encargos²¹ que estão normalmente associados à coabitação com o idoso, quer na organização económica, comprometendo a diminuição percentual da população ativa na população total e, logicamente, uma diminuição dos recursos económicos disponíveis para suportar os sistemas de proteção social (Pimentel, 2001: 46).

²¹ “Num futuro próximo, viver mais tempo representará contar com menos ajudas dos descendentes” (Fernandes, 2004: 20).

2.2. O envelhecimento da população – o caso português

O envelhecimento da população é uma realidade generalizada dos países desenvolvidos e apresenta-se como um desafio social e económico do maior interesse para grande parte desses países. Atualmente verifica-se um contexto de diminuição gradual da natalidade, aliada a um aumento da esperança média de vida ou da longevidade dos indivíduos. A junção destes dois fatores ao nível dos países desenvolvidos fará com que a sociedade do futuro seja cada vez mais envelhecida.

Em Portugal, o processo de envelhecimento encontra explicação no aumento da esperança de vida e na redução dos índices de fecundidade, combinados com os altos movimentos migratórios, em idades jovens, dos anos 50-70 e ao correspondente retorno, já com idades avançadas, nos anos seguintes (Casanova, 2001:23).

Segundo dados do INE, o número médio de filhos por mulher em idade fértil tem vindo a diminuir de forma considerável desde há umas décadas para cá²². A não renovação de gerações começou a fazer-se sentir a partir do ano de 1982, ano em que o índice de fecundidade desceu dos dois filhos por mulher. As gerações são cada vez menos férteis, não apenas porque ao longo das últimas décadas, sucessivamente, tem havido menos nascimentos, mas também devido ao facto de as mulheres terem filhos cada vez mais tarde (por volta dos trinta anos), o que diminui a probabilidade de virem a ter mais filhos (Nogueira, 2009: 10 e Casanova, 2001: 23).

Também as sucessivas alterações no seio da estrutura familiar têm dado origem a consequências ao nível da população idosa. A transição do modelo de família alargada para a presente família nuclear condicionou as redes de apoio familiares, contribuindo para o aumento das situações de isolamento, situação que no nosso país é menos reduzida pelo peso da tradição das redes informais. Estas redes revestem-se de uma importância acrescida para os idosos, na medida em que “o sentimento de ser amado e valorizado, a pertença a grupos de comunicação e obrigações recíprocas, leva o indivíduo a escapar ao isolamento e ao anonimato” (Nogueira, 2009: 10).

²² “ (...) muito embora Portugal tenha, comparativamente a outros países europeus (em particular do Norte e do Oeste), manifestado mais tardiamente níveis de fecundidade inferiores a 2,1, a rapidez do declínio dos valores de descendência média foi de tal ordem que, actualmente, Portugal faz parte do grupo de países com níveis de fecundidade mais baixos” (Rosa, 1993: 681-682).

Como forma de demonstrar a importância que o fenómeno do envelhecimento populacional tem vindo a adquirir, apresenta-se uma breve análise de dados estatísticos que pretendem ilustrar a realidade.

Quadro 1 - População (%) residente com 65 e mais anos em 2001 e 2011.

	2001			2011		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Pop. com 65 e mais anos	16,4%	14,2%	18,4%	19,1%	16,8%	21,3%

Fonte: INE, Resultados provisórios dos Censos 2011,

Em Portugal, a proporção da população com 65 ou mais anos é, em 2011, de 19%, o que evidencia que a população residente no nosso país tem vindo a denotar um continuado envelhecimento demográfico, como resultado da diminuição da fecundidade e do aumento da longevidade. Entre 2001 e 2011 deu-se um aumento da população idosa, cerca de 19,4%. Neste grupo etário, verifica-se a predominância das mulheres.

Os ganhos da esperança média de vida da população portuguesa são, cada vez mais, provenientes do aumento da sobrevivência em idades avançadas. A esperança média de vida aos 65 anos tem mantido uma tendência positiva, atingindo 18,47 anos no período de 2008-2010. Para o mesmo período, a esperança média de vida à nascença foi estimada em 79,2 anos, sendo de 76,14 anos para os homens e de 82,05 anos para as mulheres²³.

O índice de envelhecimento, que traduz a relação entre a população idosa e a população jovem, tem vindo a aumentar substancialmente nos últimos anos. Em 2011 o índice de envelhecimento acentuou o predomínio da população idosa sobre a população jovem. Os resultados dos Censos 2011 indicam que o índice de envelhecimento é de 129, o que significa que Portugal tem hoje mais população idosa do que jovem.

2.2.1. O envelhecimento da população – os números do isolamento

Longevidade não é sinónimo de qualidade de vida. Esta conquista do tempo de vida apesar de se afirmar como um dos maiores feitos que a Humanidade já alcançou reveste-se simultaneamente como um motivo de preocupação, pelo facto de acrescer de forma evidente a probabilidade de um individuo ser portador de doenças crónicas e incapacitantes, associadas a uma diminuição da qualidade de vida.

²³ INE, Anuário Estatístico de 2010 (2011).

Ainda que se tenha conhecimento de que os indivíduos ao longo da sua vida e face às várias situações da vida, nunca atinja a absoluta independência, pelo facto de que o grau de dependência/independência está estreitamente relacionado com as diferentes etapas da vida, sabe-se que na velhice, se necessita de cuidados por parte de outrem.

A diminuição das capacidades funcionais nos idosos assume grande importância, por vezes, mais que as doenças crónicas por si só. Com o avançar da idade as perdas funcionais tornam-se evidentes e o idoso deixa de realizar atividades da vida diária, diminuindo assim a sua capacidade funcional. A capacidade funcional é dimensionada em termos da habilidade e independência para realizar determinadas atividades.

Todo o ser humano, em especial, o idoso, teme um dia ficar dependente de alguém. De um modo geral, a perda de autonomia é um dos fenómenos que, sobretudo a nível psicológico, maior influência exerce na vida dos idosos e na qualidade da mesma.

A autonomia²⁴ e a dependência²⁵ detêm particular relevância no contexto do envelhecimento, estabelecendo uma estreita relação com esse fenómeno. À medida que avança a idade, aumenta a probabilidade do indivíduo se tornar incapaz para a realização, de forma autónoma e independente, de determinadas tarefas diárias, dado que a percentagem de indivíduos com limitações funcionais é superior neste grupo etário.

As dependências nos idosos podem resultar quer de alterações biológicas, como deficiência ou incapacidade, quer de mudanças nas exigências sociais. Podem distinguir-se três tipos de dependência: estruturada, física e comportamental. A estruturada, onde o significado do valor do ser humano é determinado, primeiramente, pela participação no processo produtivo. Esta dependência é muitas vezes impulsionada pela reforma ou pela perda do emprego. A dependência física remete para a incapacidade funcional do indivíduo para realizar atividades da vida diária. Já a dependência comportamental, frequentemente antecedida pela dependência física, é socialmente induzida, independentemente do nível de competência do idoso. A pessoa idosa é considerada incompetente para realizar as suas tarefas, estando estas a cargo de alguém que assume esta função, mesmo que o idoso não o deseje ou não haja necessidade. (Gonçalves, 2010: 30).

²⁴ "Pessoa autónoma é aquela que retira de si mesma a fonte de poder, tem nela mesma a sua fonte de decisão, apresentando o comando e faculdade de se governar sobre si próprio" (Pascoal *apud* Gonçalves, 2010: 27).

²⁵ "Estado em que se encontram as pessoas que, por razões ligadas à falta ou perda de autonomia física, psíquica ou intelectual, têm necessidade de uma assistência 2/ou ajudas importantes a fim de realizar os actos correntes da vida" (Nogueira, 2009: 8).

Vários estudos têm demonstrado que as atividades em que os idosos mais necessitam de apoio prendem-se, principalmente com a provisão direta de apoio nas atividades básicas (cuidados de higiene, vestir, alimentação, mobilidade, etc.) e instrumentais (transporte, compras, tarefas domésticas, preparação das refeições, gestão financeira, etc.).

O facto de um idoso se ver obrigado a depender e receber ajuda para as atividades do dia-a-dia, tem um grande impacto negativo. Este sente-se improdutivo, vulnerável e débil, podendo conduzir ao isolamento social²⁶.

As pessoas mais jovens têm a percepção de que a solidão é um sentimento muito presente nos mais velhos. É igualmente vulgar fazer-se uma associação direta entre a velhice e a solidão, uma vez que se encara como normal a existência deste sentimento por parte de um idoso. Esta visão reflete muitas das atitudes comuns sobre o envelhecimento pois, genericamente, os idosos são considerados conservadores, inflexíveis, passivos, com doenças físicas e mentais. Esta generalização reforça os mitos e estereótipos, chegando a verificar-se muitas atitudes discriminatórias que atingem este estrato da população.

A atenção pela solidão sentida pelos idosos aumentou nos últimos tempos devido ao aumento do número de pessoas com mais de 65 anos. A solidão tem sido encarada como um dos maiores problemas das pessoas idosas²⁷. Está constatada a maior vulnerabilidade dos idosos para experimentarem a solidão, sendo este um dos aspetos que mais pode afetar a saúde e a segurança destes.

Ao longo da vida estabelecem-se laços, sociabilidades e solidariedades de base. Decorrem das relações com o parceiro, com os filhos, com o parentesco, com os vizinhos ou amigos, colegas de trabalho, que ao perdurarem são o garante da ajuda necessária nas situações de crise.

Com o avançar da idade a maioria das pessoas reduzem a sua participação na comunidade, o que pode originar sentimentos de solidão e desvalorização, com efeitos ao nível da integração social e familiar, e ao nível da saúde física e psíquica. A reforma, a viuvez e a diminuição da saúde privam as pessoas de muitos papéis e relações essenciais em torno das quais as suas identidades tinham sido construídas²⁸. Estas parecem constituir as principais determinantes da solidão nos idosos.

²⁶ "(...) as situações de deficit de autonomia desencadeiam fenómenos de solidão e até de isolamento" (Quaresma, 2004: 46).

²⁷ Para os idosos é extremamente incómodo verificar que já têm significado para os outros (Moreira, 2008).

²⁸ "As dificuldades relacionais ao longo da vida são geralmente condicionantes de isolamento e solidão na velhice" (Fernandes, 2004: 20).

O sofrimento dos mais idosos, causado pelo sentimento de solidão, é considerado como uma das experiências mais penosas e problemáticas situações de vida a que se torna urgente responder (Calado, 2004: 57). Este sentimento não acontece apenas em casos de vivências isoladas, como também no seio das próprias famílias e em instituições, onde há, frequentemente, falta de comunicação, participação social e afetiva.

As condições para ajudar os idosos que mais necessitam estão a piorar, não apenas porque as condições de trabalho dos familiares e vizinhos conduzem a uma indisponibilidade de tempo, mas também por razões mais gerais que se prendem com os novos regimes demográficos. Desde modo, “ao aumento da população idosa acresce a redução da população que pode prestar apoio” (Hespanha, 1993: 332), em virtude da combinação de vários fatores, dos quais se destacam o decréscimo da taxa de natalidade, o casamento tardio, o retardamento da idade para se ter filhos, o aumento de famílias monoparentais, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a generalização dos métodos contraceptivos, entre outros.

“Quer a sociedade quer o quotidiano das pessoas estão organizados de tal modo que os idosos não têm lugar nem papel na vida social. Nos casos extremos, que infelizmente não são raros entre nós, essa exclusão pode tomar a forma de total solidão” (Bruto da Costa, 1998: 87). Esta é uma forma de exclusão social e de privação que pode não ter qualquer tipo de relação com a falta de recursos.

Esta exclusão é visível, primeiramente, ao nível familiar²⁹. Outrora, predominava o modelo de família alargada, em que coabitavam pelo menos três gerações, sucedendo-se o modelo de família nuclear, composta por apenas duas gerações (pais e filhos). Contudo, mesmo este modelo, por influência do estilo de vida que predomina nos dias de hoje, fragmentou-se, tornando, muitas vezes, difícil a oportunidade de pais e filhos se encontrarem e conviverem diariamente (Bruto da Costa, 1998: 88). Bruto da Costa designa este tipo de sociedade por *sociedade atomizada*. “É um estilo de vida onde o idoso não cabe, não tem lugar” (Bruto da Costa, 1998: 88).

²⁹ “No mundo ocidental é já muito difícil que três gerações convivam juntas. As pessoas idosas têm tendência para ter problemas de solidão e abandono por parte da sua família” (Cabrillo e Cachafeiro, 1990: 59).

Quadro 2 – População com 65 ou mais anos e alojamentos com residentes de 65 ou mais anos (2011)

	População com 65 ou mais anos		Alojamentos familiares de residência habitual, nos quais todos os residentes têm 65 ou mais anos		
	Total	A residir em alojamentos familiares sem outras pessoas menores de 65 anos	Total	Com 1 pessoa com 65 ou mais anos	Com 2 ou mais pessoas com 65 ou mais anos
Portugal	2 022 504	1 205 541	797 851	400 964	396 887
Centro	524 452	329 988	216 150	105 175	110 975
Baixo Vouga	73 959	42 301	27 202	12 613	14 589
Ovar	8 846	4 410	2 882	1 315	1 567

Fonte: INE, Resultados provisórios dos Censos 2011.

Segundo dados do INE³⁰, em Portugal, no ano de 2011, existiam 867 342 unidades residenciais unipessoais. Cerca de 12% da população residente e de 60% da população idosa vive só (400 964) ou em companhia de mais uma pessoa também idosa (396 887), refletindo um fenómeno cuja dimensão aumentou ao longo da última década. E se à solidão acrescentarmos o abandono, o isolamento, a pobreza e a doença (situações que, por vezes, desgraçadamente, coincidem nas mesmas pessoas) então o “retrato” fica ainda mais negro.

Sabemos que uma população envelhecida comporta uma grande proporção de famílias constituídas já só pelo casal sem os filhos ou apenas por um deles a viver só. Este facto é devido, por um lado, à viuvez, por outro ao aumento das ruturas matrimoniais ao longo do ciclo de vida o que tem levado ao acréscimo do número de famílias de uma só pessoa e de famílias monoparentais (Fernandes, 2004: 22). Também a tendência para uma maior autonomia individual em relação ao agregado doméstico e à família, num contexto económico de maior facilidade no acesso à habitação, traduz-se no crescimento da proporção de indivíduos a viverem sós. Esta tendência verifica-se também nas gerações mais velhas, como é visível no quadro 3.

O problema principal dos idosos é que as famílias contemporâneas não têm condições para cuidar deles e que, para além da família, não existem instituições suficientes capazes de assegurarem as funções que eles já não têm capacidade de satisfazerem por eles próprios,

³⁰ Resultados provisórios dos Censos 2011.

deste modo, assiste-se a uma “representação massiva dos cidadãos idosos entre o universo das populações socialmente excluídas³¹” (Casanova, 2001: 36).

De um modo geral, pode-se constatar que, nos dias de hoje, a alteração das relações sociais contribuiu para o agravamento dos problemas enfrentados pelos idosos. As relações de comunidade e de vizinhança tendem cada vez mais a perder importância, nomeadamente, nos grandes centros urbanos, “onde nem sempre há raízes comuns, onde as pessoas se cruzam sem se conhecerem e onde é difícil manter e reproduzir modos de vida associados a formas de solidariedade baseadas no parentesco” (Pimentel, 2001: 48).

A realidade demográfica apresentada e as inúmeras alterações sociais supracitadas, que vão desde a alteração de valores, a entrada da mulher no mercado de trabalho, entre outros, são fatores que contribuem para que os idosos se sintam cada vez mais sós, carecidos de apoio por parte de familiares, amigos e vizinhos. Desta forma, alguns idosos sentem a necessidade de recorrer a formas alternativas de apoio, como é o caso do voluntariado.

2.3. O voluntariado no apoio ao idoso

Como é possível verificar, na velhice ocorrem transformações ao nível dos papéis sociais, exigindo uma adaptação do idoso às novas condições de vida. É aqui que as relações de sociabilidade ganham um papel importante na prevenção da solidão e na promoção do envolvimento social. Segundo Ramos, “o contacto com outras pessoas pode levar à adopção de hábitos saudáveis, e contribuir para o aumento de um sentido de controlo pessoal, actuando claramente no bem-estar psicológico” (Ramos *apud* Teixeira, 2010: 7).

Vários autores, nos seus estudos, verificaram a importância das relações sociais, e observaram que estas oferecem suporte social, tendo uma influência positiva na bem-estar e saúde. Para além de contribuírem para a redução do isolamento social (e a solidão) e aumento da satisfação com a vida.

Ao longo do processo de envelhecimento, as capacidades de adaptação dos indivíduos vão diminuindo, tornando-nos mais sensíveis ao seu meio ambiente que, consoante as restrições, podem ser um obstáculo para as suas vidas. E o ambiente é constituído não só pelas relações de sociabilidade mas também pela própria radicação num espaço físico e social que seja familiar ao idoso e lhe transmita tranquilidade e segurança.

³¹ Exclusão social não significa apenas carência de meios económicos, como engloba também outro tipo de carências – relacionais, psicológicas, afetivas, etc.

O bem-estar psicológico dos idosos está muito associado à sua satisfação em relação ao seu ambiente residencial. A casa para cada idoso, adquire um significado psicológico único, uma vez que existem grandes laços afetivos através da memória ao seu espaço.

A maioria dos idosos resiste à ideia de deixar a sua casa, mesmo face a uma realidade de declínio físico e incapacidade para viver de forma independente, sendo essa saída sentida como uma perda de identidade, é o seu espaço que fica para trás (Barroso e Tapadinhas, 2006: 5).

Ao longo do tempo, os idosos apegam-se de uma forma muito especial à sua casa, pois, como residem lá há muitos anos, os laços que têm com ela fortalecem-se, uma vez que a ela estão também associados um conjunto de sentimentos que fazem com que o idoso esteja emocionalmente vinculado à sua casa³².

O Voluntariado pode ser encarado como uma alternativa para aqueles idosos que querem permanecer nas suas casas, contudo, encontrar pessoas que se disponham a visitar desconhecidos não é uma tarefa fácil. Mesmo assim, ainda há pessoas que encontram as palavras certas para lhes levarem todas as semanas, quem consiga um sorriso, que passe o dia atarefado e nos momentos que passam com eles, consigam deixar de pensar, mesmo que por curtos períodos de tempo, no que têm para fazer e nos seus problemas, acrescentando tranquilidade e alegria a quem mais delas precisa. Nos casos de solidão, o simples facto de haver alguém que esteja disponível uma hora para conservar e se preocupar pode fazer toda a diferença.

Os voluntários que estão em contacto direto com os idosos são recrutados entre as pessoas mais motivadas para as relações humanas e, designadamente, para as relações humanas com pessoas nesta fase da vida. No entanto, mesmo estas têm necessidade de aprender técnicas relacionais e de apoio, comportamentos adequados e todo um conjunto de procedimentos que desconhecem. A formação dos voluntários torna mais eficaz o apoio que podem prestar aos idosos e pode fazer com que eles sejam agentes privilegiados nas mudanças de comportamento dos próprios idosos através de uma aprendizagem vicariante (Paúl, 1999: 120).

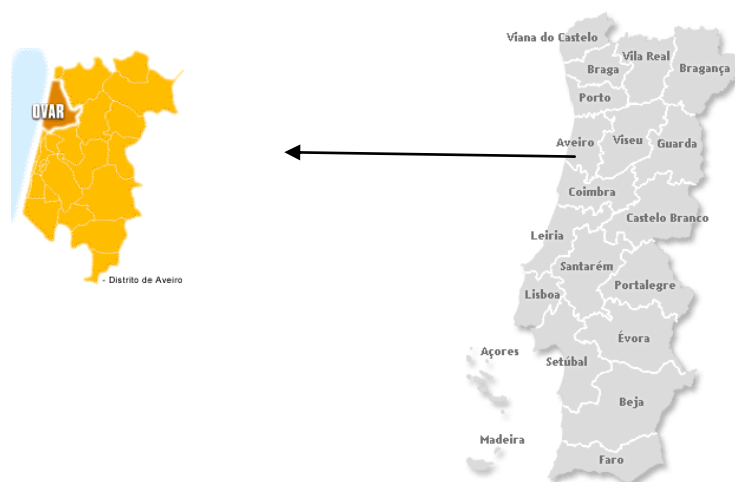
³² À casa estão associadas as recordações de toda uma vida do idoso, recordações que o ajudam a manter vivo o passado a construírem um sentimento de identidade.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

3. Caracterização do Concelho de Ovar

3.1. Localização geográfica e estrutura

Ovar situa-se na Região Centro do País (NUT II), integrando também a sub-região do Baixo Vouga (NUT III). É ainda parte integrante do distrito de Aveiro, o qual tem 2799.5 km², sendo composto pelos Concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Sever de Vouga, Vagos e Vale de Cambra.



O concelho de Ovar tem no máximo, aproximadamente, o comprimento de 20 km e a largura de 15 km e possui uma extensão de 147.5 km², repartida por 8 freguesias, com uma população residente de 55 377 habitantes, e com uma densidade populacional de 375 hab./km². A Poente é limitado pelo Oceano Atlântico, a Nascente pelos concelhos de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis, a Norte pelo concelho de Espinho e a Sul pelos concelhos de Estarreja e Murtosa e pela Ria de Aveiro

O concelho de Ovar é constituído por 8 freguesias: Arada, Cortegaça, Esmoriz, Maceda, Ovar, S. João, S. Vicente de Pereira e Válega.

3.2. Situação Social do Concelho de Ovar

A exclusão social é um fenómeno social multifacetado que vai desde a rejeição física (caso do racismo), à geográfica (de que são consequência os guetos) e à material (caso da pobreza) (Xiberras, 1993: 18-19). Por outro lado, este é um fenómeno transversal a toda a sociedade, pois pode atingir, a qualquer momento, todas as classes sociais.

É inserida nesta multidimensionalidade do fenómeno da exclusão social que se deve considerar a pobreza. Esta é simultaneamente causa e efeito da exclusão social, se atentarmos a fenómenos como o desemprego, marginalidade, discriminação, entre outros. A pobreza é por conseguinte, considerada a dimensão mais importante da exclusão social.

O crescimento económico não é por si um garante do bem-estar geral, contribuindo, muitas vezes, para a construção de vulnerabilidades sociais. Tal facto implica a necessidade de procurar respostas adequadas à inserção e bem-estar de todos quantos se encontrem afastados do progresso e do desenvolvimento.

Relativamente à Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, o concelho de Ovar, tendo por referência Dezembro de 2009³³, conta com 19 entidades proprietárias ou gestoras de equipamentos sociais, classificados como entidades não lucrativas, compreendendo as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades sem fins lucrativos equiparados.

Atendendo à população-alvo dos equipamentos, cerca de metade são dirigidos à infância e juventude e à população idosa, o que manifesta uma maior preocupação com estas áreas. Existem ainda 9 equipamentos de apoio à família e comunidade e 3 de reabilitação e integração de pessoas com deficiência.

Em Ovar, a Ação Social promove, através de acordos de cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras de interesse público, uma rede de equipamentos e serviços, tais como: Creches, Pré-escolas, Centros de Atividades Ocupacionais, Centros de Dia, Centros de Alojamento Temporário, Serviços de Apoio Domiciliário, Lares para Idosos, Centros Comunitários, Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social, etc..

3.3. O voluntariado (no concelho de Ovar)

O voluntariado social é uma das formas de exercício de direitos cívicos que organiza os que querem pôr os seus conhecimentos, o seu tempo e a sua determinação ao serviço da redução das desigualdades de oportunidades e diminuição das outras barreiras que limitam a cidadania de pessoas em situação desfavorável.

O trabalho voluntário é uma escolha e motivação pessoal, livremente assumida, exercida por norma em grupos, inseridos em organizações e pode ser exercido por qualquer pessoa que tenha força de vontade e disponibilidade.

³³ Eixo IV – Ação Social – Diagnóstico Social do Concelho de Ovar – 2009.

O voluntariado tem um importante papel na sociedade, atendendo que não se deve esperar que o Estado satisfaça todas as necessidades a que é necessário responder, existindo assim, um grande espaço para a intervenção cívica.

Esta forma de exercício da cidadania ativa pode e deve desenvolver-se através de projetos de entidades públicas e privadas com condições e recursos para integrar voluntários, envolvendo as entidades que as promovem.

Ao dispor de parte do seu tempo, de forma desinteressada, em prol dos outros, o voluntário está a responder ao seu desejo de ajudar, de colaborar, de partilhar alegrias, de aliviar sofrimentos e proporcionar uma melhor qualidade de vida em comum.

Atendendo à necessidade de envolver de forma mais eficiente todas as pessoas interessadas em dar um pouco do seu tempo em favor dos outros, foi criada, uma Rede de Voluntários do concelho de Ovar que, em Setembro de 2009, registava 97 voluntários e 16 entidades acolhedoras.

De acordo com os dados presentes no Diagnóstico Social, pode-se concluir que a maioria dos voluntários é do sexo feminino e têm habilitações literárias ao nível do secundário ou superiores. No que concerne à idade dos voluntários, a maioria dos homens tem entre 31 e 40 anos, enquanto que a maioria das mulheres tem entre 21 e 30 anos (2009: 141).

Se se contabilizarem os dirigentes associativos existentes no concelho, os dirigentes de instituições de carácter social, os voluntários de organizações como a Delegação de Ovar da Cruz Vermelha, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar e da Liga dos Amigos do Hospital de Ovar, estima-se a existência de mais de 1500 voluntários responsáveis pela dinamização e execução de uma grande diversidade de atividades pelo concelho, para além dos registados na Rede de Voluntários.

3.4. Câmara Municipal de Ovar

A Administração Autárquica é um dos pilares do nosso modelo de desenvolvimento económico e social, pelo que, a democracia se fundamenta cada vez mais na participação das comunidades locais.

Os Serviços Municipais devem estar tecnicamente preparados e socialmente ajustados aos novos tempos. Daí a necessidade de as Câmaras Municipais, inclusive a de Ovar, terem promovido a revisão dos seus Serviços até ao final do ano de 2010. Esta foi “uma oportunidade

de melhorar o desempenho da instituição, aproximando a sua estrutura de uma realidade organizativa e atuante cada vez mais complexa e exigente” (DR, 2010: 60447).

A superintendência e a coordenação dos Serviços Municipais são da competência do presidente da Câmara Municipal, nos termos da legislação em vigor, que promoverá a adequação, a conformação e o aperfeiçoamento das estruturas e métodos de trabalho, por forma a aproximar a Administração da comunidade em geral e dos munícipes em particular. Por seu lado, os Vereadores terão os poderes que lhes forem delegados pelo Presidente da Câmara Municipal (DR, 2010: 60447).

A organização dos Serviços Municipais obedece ao modelo de estrutura hierarquizada. A estrutura nuclear dos Serviços Municipais de Ovar é constituída pelas seguintes unidades orgânicas nucleares: Departamento Administrativo e Financeiro, Departamento de Desenvolvimento Municipal e Departamento de Desenvolvimento Social.

A estrutura flexível dos Serviços Municipais de Ovar é constituída pelas seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- Departamento Administrativo e Financeiro:
 - Divisão Administrativa e de Atendimento;
 - Divisão Financeira;
 - Divisão de Recursos Humanos e,
 - Divisão Jurídica e de Fiscalização;
- Departamento de Desenvolvimento Municipal:
 - Divisão de Projetos e Obras Municipais;
 - Divisão de Gestão Urbanística;
 - Divisão de Planeamento, Apoio ao Empreendedorismo e Gestão do Património;
 - Divisão de Conservação e Serviços Urbanos e,
 - Divisão de Ambiente;
- Departamento de Desenvolvimento Social:
 - Divisão de Ação Social e Saúde;
 - Divisão de Cultura;
 - Divisão de Desporto, Juventude e Tempos Livres e,
 - Divisão de Educação.

Cada Departamento/Divisão da Câmara Municipal de Ovar, para além da figura do respetivo Vereador, integra um Diretor/Chefe de Divisão que desempenha as funções de chefia e é responsável pelo seu funcionamento.

Uma vez que o estágio teve lugar na Divisão de Ação Social e Saúde, focar-me-ei mais na sua caracterização.

3.4.1. Divisão de Ação Social e Saúde

A Divisão de Ação Social e Saúde situa-se fora do edifício principal da Câmara Municipal de Ovar.

A Divisão é constituída pelos Serviços de Ação Social e pelos Serviços de Saúde. Segundo os Artigos 60º e 61º, respetivamente, das Subunidades Orgânicas, ao Serviço de Ação Social compete, designadamente, executar ações que permitam a implementação de medidas no domínio da ação social, no âmbito das atribuições e competências do Município e em colaboração com entidades terceiras. Ao Serviço de Saúde compete, designadamente, executar as ações na área da saúde, nomeadamente as que permitam a implementação de planos de prevenção, em articulação com outras entidades (DR, 2010, 60463).

São atribuições da Divisão de Ação Social e Saúde (Unidades Orgânicas Flexíveis - Artigo 21º):

- Realizar estudos e inquéritos económico-sociais conducentes à caracterização do Município nos domínios da saúde, emprego e ação social e a identificação de grupos de risco e de situações de carência social;
- Proceder ao inventário das necessidades e dos recursos existentes na área da ação social;
- Promover e coordenar ações de apoio às famílias, indivíduos e grupos que justifiquem intervenção municipal;
- Dinamizar e coordenar a elaboração e execução do plano de desenvolvimento social e respetiva documentação de suporte;
- Dinamizar, integrar e garantir o funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo;
- Proceder ao levantamento das carências do Município no sector da habitação e efetuar os estudos necessários à definição da política municipal em matéria de habitação social e de habitação própria;
- Colaborar na prestação de cuidados continuados integrados no âmbito do apoio social à dependência em parceria com a administração central e instituições locais;

- Colaborar com o centro de saúde no âmbito da saúde pública e do apoio a grupos vulneráveis; entre outras atividades (DR, 2010: 60457).

A Divisão de Ação Social e Saúde, a nível de recursos humanos, é constituída por uma chefe de divisão, com formação em Serviço Social, que tem funções de direção, coordenação e definição dos objetivos de atuação dos respetivos serviços da Divisão, assegurando a qualidade técnica do trabalho produzido, e por sete funcionárias, das quais quatro são técnicas superiores, com formação académica em Serviço Social e Sociologia, que têm funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de diversas atividades de apoio nas áreas onde atuam, e por dois assistentes técnicos (administrativas), que exercem, basicamente, funções de natureza executiva. Durante o período em que decorreu o estágio, a Divisão contava ainda com a presença de uma estagiária do Programa de Estágios PEPAL, com formação em Educação Social e por uma psicóloga em regime de voluntariado.

As principais áreas de atuação dos Serviços de Ação Social são: na Rede Social; na habitação social, onde constam programas de reabilitação e de realojamento, bem como de habitação social; no rendimento social de inserção; em políticas para a terceira idade; na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em perigo; e na atribuição de bolsas de estudo para estudantes do ensino superior.

3.5. Atividades desenvolvidas no estágio

Na primeira semana de estágio foi-me dado a conhecer o Diagnóstico Social, o Plano de Ação para 2012 e o Plano de Desenvolvimento Social, através do qual fiquei a conhecer a realidade social do concelho, bem como os objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social do mesmo. Como forma eu saber o que já tinha sido feito até então, li as sínteses das reuniões do Núcleo Executivo da Rede Social e também as atas das reuniões do Concelho Local de Ação Social.

Durante o período de estágio integrei a equipa coordenadora do projeto de voluntariado *“Menos Sós... Mais Nós” – Equipas Locais de Voluntariado*, tendo eu, sobretudo, um papel de observadora direta. Infelizmente, por motivos alheios à Divisão, nomeadamente atrasos por parte do Gabinete de Comunicação na elaboração do cartaz/*flyers* do projeto, dificuldades em conciliar horários entre os candidatos a voluntários e os entrevistadores para a realização das entrevistas de seleção, dificuldades em encontrar os gestores de voluntariado, entre outros, o

projeto não se desenrolou como o esperado e, já só no final do estágio é que as coisas começaram a avançar, tendo o projeto ido para o terreno só a 7 de maio.

A sociedade da informação, dominada pela pressão dos *media* e das novas tecnologias de informação e de comunicação, denuncia e confere uma nova visibilidade a este fenómeno do isolamento dos idosos³⁴.

Uma das imagens mais vulgarizadas nos dias de hoje é a do idoso só, triste e abandonado e em alguns casos, sem um mínimo de recursos para a sua subsistência. É, em muitos casos, uma imagem real e mais comum do que seria de desejar.

O projeto de voluntariado “*Menos Sós... Mais Nós*” é uma iniciativa do Núcleo Executivo do CLAS – Conselho Local de Ação Social do município de Ovar, inserida no Ano Europeu do Voluntariado para uma Cidadania Activa (2011) e visa envolver todos os parceiros do CLAS. Tem como principal intuito combater a solidão dos idosos e/ ou pessoas dependentes do concelho de Ovar.

Quadro 3 – População com 65 ou mais anos e alojamentos com residentes de 65 ou mais anos no concelho de Ovar (2011)

	População com 65 ou mais anos		Alojamentos familiares de residência habitual, nos quais todos os residentes têm 65 ou mais anos		
	Total	A residir em alojamentos familiares sem outras pessoas menores de 65 anos	Total	Com 1 pessoa com 65 ou mais anos	Com 2 ou mais pessoas com 65 ou mais anos
Ovar	8 846	4 410	2 882	1 315	1 567

Fonte: INE, Resultados provisórios dos Censos 2011.

Segundo dados do INE, a partir dos resultados provisórios do recenseamento geral da população e habitação, efetuado em 2011, verificamos que da sub-região do Baixo Vouga, o concelho de Ovar, seguido dos concelhos de Aveiro e de Águeda, é dos mais envelhecidos, contanto com uma população idosa de 8 846 (3 754 homens e 5 092 mulheres) e, que neste grupo etário, nas famílias constituídas apenas por uma pessoa, verificamos que no concelho de

³⁴ Num tempo de crise que vitima todos, os idosos estão no pico das preocupações, por força de várias tragédias que foram dadas a conhecer, com pessoas a serem encontradas mortas dentro de casa.

Ovar existem 1 315 pessoas a viverem sozinhas, sendo as freguesias de Ovar (475) e Esmoriz (234) as que registam maiores números.

De acordo com um estudo realizado em 2006 pelo Centro de Estudos e Investigação Social da Santa Casa da Misericórdia de Ovar e pela Unidade de Investigação e Formação em Adultos e Idosos, mais de 50% do total de pessoas idosas residentes no concelho sentia solidão. Eram na sua maioria mulheres³⁵, registando as freguesias de Cortegaça, Válega e Maceda a maior percentagem de idosos que referiam sentir-se sós.

O bem-estar psicológico do idoso é condicionado pela satisfação e segurança que sente no seu meio residencial, pois a sua casa tem um significado único, com memórias e laços afetivos muito fortes. Mesmo sentindo-se sós, muitos idosos recusam a possibilidade de integrar instituições de apoio à terceira idade.

Este projeto pretende ir ao encontro desta população, dar resposta a algumas das suas necessidades e anseios, concedendo-lhes uma maior qualidade de vida, bem-estar e consequente integração social.

Para uma melhor concretização de todos os seus objetivos, o projeto conta com a parceria das organizações concelhias, que têm um papel fundamental na angariação de voluntários e na sinalização dos beneficiários da ação.

A equipa coordenadora do projeto é constituída pela Delegação de Ovar da Cruz Vermelha Portuguesa, Liga dos Amigos do Hospital de Ovar, Centro Comunitário de Esmoriz, Presidente do CLAS de Ovar e pelos sete elementos do Núcleo Executivo da Rede Social³⁶.

Os objetivos principais do projeto são combater o isolamento social/solidão da população idosa e/ou dependente do concelho, respondendo aos seus anseios em meio residencial; proporcionar maior qualidade de vida, bem-estar e (re)integração social dos idosos e/ou dependentes; sensibilizar a comunidade para a problemática do isolamento social/solidão dos idosos; sensibilizar a comunidade para o voluntariado de proximidade e, garantir apoio e

³⁵ Menos qualificadas e com rendimentos mais escassos dos que os homens (desde logo, em virtude de carreiras contributivas mais curtas) e também mais sujeitas ao isolamento (por viuvez) sobretudo na fase mais avançada da velhice, onde a incidência de doenças crónicas é mais frequente, as mulheres constituem, muito provavelmente, um dos segmentos mais fragilizados da sociedade.

³⁶ O Núcleo Executivo da Rede Social é constituído por sete elementos: um responsável da Câmara Municipal de Ovar; um elemento do Centro de Saúde de Ovar; um elemento da DREC (Direção Regional de Educação do Centro); um elemento da Segurança Social de Ovar; um elemento da Stª. Casa da Misericórdia de Ovar; um elemento da Associação Cultural e Recreativa de Valdágua; e o Presidente da Junta de Freguesia de Ovar.

acompanhamento, no domicílio, a todos os idosos e/ou dependentes sem retaguarda familiar, identificados pelo projeto.

As principais ações/atividades a desenvolver pelos voluntários são: conversar/escutar; ler/ajudar na interpretação de correspondência ou documentos; acompanhar nas idas ao médico, fazer análises, etc.; fazer companhia; apoiar em pequenas tarefas do quotidiano; animar/jogar; passear; organizar/administrar medicação; requisitar ambulância ou outros serviços; auxiliar na ida às compras; sinalizar aos coordenadores do projeto possíveis casos de negligência/maus-tratos/abusos de confiança/etc.; aconselhamento nutricional e esclarecimento de dúvidas; entre outras.

Após a elaboração do panfleto e a criação da imagem do projeto/logotipo, procedeu-se uma reunião de concertação de estratégias e ações com instituições concelhias e Juntas de Freguesia como o objetivo de se definirem estratégias para a divulgação do projeto; identificação dos locais para a receção das inscrições de voluntários; identificação dos locais para a distribuição dos panfletos; indicação de outros meios de divulgação do projeto; identificação de parceiros e os seus contributos.

Nesta reunião ficaram definidos como locais de distribuição dos panfletos: as Juntas de Freguesia, os polos das bibliotecas, Centros de Saúde e suas Extensões ou Unidades de Saúde Familiar, CTT, escolas, balcão do Centro de Emprego, igrejas, farmácias, e outros locais de acesso público e outros estabelecimentos comerciais. Os panfletos e os *flyers* (fichas de inscrição) foram entregues pelo Núcleo Executivo da Rede Social aos Presidentes de Junta³⁷, que fizeram a posterior distribuição dos mesmos pelos locais definidos e pelas instituições da freguesia.

Ficou também decidido que o projeto iria ser divulgado por outros meios, entre os quais, na comunicação social (imprensa e rádio), no portal da Câmara Municipal de Ovar, envio de *e-mails* às instituições e avisos nas missas.

Como locais de receção das inscrições de voluntários, ficou definido que seria nas Juntas de Freguesia, no Centro Comunitário de Esmoriz, no Espaço Aberto, no Centro de Promoção Social do Furadouro e no Grupo de Ação Social de S. Vicente de Pereira.

³⁷ Posteriormente foi feita uma visita, na qual também participei, a todas as Juntas de Freguesia do Concelho, Centro Comunitário de Esmoriz, Grupo de Ação Social de S. Vicente de Pereira e Centro de Promoção Social do Furadouro com o intuito de averiguar como estava a correr a divulgação do projeto, ver se havia necessidade de mais *flyers* e responder a algumas dúvidas que tivessem. Esta reunião foi aproveitada também, para fazer a divulgação da campanha Direito à Alimentação.

Após uma primeira fase de divulgação do projeto pelas instituições concelhias, Juntas de Freguesia e órgãos de comunicação social, passou-se à fase de levantamento de potenciais beneficiários.

Ficou decidido que o contato com os beneficiários do projeto fosse efetuado pelos técnicos que os sinalizaram³⁸, de preferência, em conjunto com o gestor de voluntariado para o território em causa.

Coube-me a mim a criação da base de dados, para os beneficiários e para os voluntários, e o seu preenchimento, à medida que nos chegavam as fichas de identificação dos beneficiários e de inscrição dos voluntários.

Até à data, inscreveram-se no projeto 38 voluntários, houve 5 desistências e 3 suspensões.

Foram sinalizados 44 beneficiários, dos quais 33 são mulheres e 11 são homens, com idades que variam entre os 59 e os 93 anos.

Quadro 4 – Caracterização dos beneficiários

	Tempo de permanência sozinho	Retaguarda familiar/ vizinhança	Dependência (Grau de autonomia)
Homens	24h- 4	Sim- 10	C/ dependência- 4
	Mais de 12h- 1	Não- 1	S/ dependência- 5
	Menos de 12h- 6		
Mulheres	24h- 11	Sim- 20	C/ dependência- 13
	Mais de 12h- 5	Não- 12	S/ dependência- 18
	Menos de 12h- 16		

Deste total, iam ser contactados, primeiramente, aqueles que não possuem retaguarda familiar ou de vizinhança e os que permanecem mais tempo sozinhos (24h ou mais de 12h) e só depois os restantes.

A equipa coordenadora teve sempre consciência de encontrar hesitação e resistência dos idosos à entrada de um voluntário no seu domicílio. Por terem medo da entrada de um estranho na sua habitação ou per vergonha da situação que estão a viver. Por vezes, pode ocorrer a resistência ou não aprovação da entrada de voluntários por parte de familiares dos idosos sinalizados, por receio de apoderamento de bens ou porque não querem que se saiba do abandono a que os seus entes estão sujeitos.

³⁸ O projeto contou ainda com as sinalizações de idosos isolados efetuadas pela GNR e PSP de Ovar.

A constituição das equipas de gestores de voluntariado não foi um processo fácil. Essa dificuldade prendeu-se, sobretudo, pela indisponibilidade de tempo e financeira do possível gestor. Uma vez que não se encontrava alguém que se voluntariasse para a função, foi estipulado que seria um elemento de uma instituição de cada freguesia³⁹ que assumiria esse papel. A Câmara disponibiliza uma verba a essas instituições para ajudas de custo. Esse gestor, para além das funções para que foi nomeado, na indisponibilidade de um voluntário, ele assume a visita ao idoso.

As entrevistas de seleção dos voluntários foram realizadas no Centro Comunitários de Esmoriz, para os candidatos das freguesias de Esmoriz, Cortegaça e Maceda, e nas instalações da Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Ovar, para os candidatos das freguesias de ovar, Válega, Arada, S. João e S. Vicente de Pereira.

A entrevista inicial é algo fundamental para se aceitar um voluntário. Uma pessoa pode ter uma apetência para ser voluntário num determinado tipo de trabalho e não ter competência nem suporte psicológico.

A equipa que entrevistou os candidatos a voluntários foi constituída por dois elementos do Centro Comunitário de Esmoriz, um psicólogo e um elemento do Núcleo Executivo da Rede Social.

Na entrevista espera-se, da forma mais objetiva, recolher o perfil e impressões mais subjetivas do candidato a voluntário, para que a sua avaliação seja o mais rigorosa possível. Contudo, não nos podemos esquecer, que deste método não se pode depreender toda a envolvência do voluntário, pois isso só é possível à medida que a sua integração no projeto ocorre. Por isso, a formação dos voluntários também irá permitir incutir no voluntário o seu papel nesta realidade concreta.

A formação inicial foi dinamizada por formadora creditada pelo Conselho Nacional de Voluntariado, do Centro Comunitário de Esmoriz, e teve a duração de três horas. Esta formação inicial visa, sobretudo, incutir o espírito de responsabilidade e compromisso para com o trabalho voluntário, o fortalecimento das motivações e do desenvolvimento de capacidades de trabalho em equipa.

A formação específica sobre terceira idade – *Comunicação e Envelhecimento* – foi dinamizada por uma técnica de enfermagem do Centro de Saúde de Ovar. Esta formação visa a aquisição, por parte dos voluntários, de novos conhecimentos e competências para as ações a desenvolver e a sensibilização social para o problema do isolamento, e possíveis casos de

³⁹ Em alguns casos há a junção de freguesias, como é o caso de Esmoriz com Cortegaça.

dependência, dos idosos. A ação voluntária deve ter competência e qualidade técnica, pois a “boa intenção” não é suficiente para uma boa prática de voluntariado

O dever de formação é parte integrante do compromisso sério do voluntário. É importante apostar na formação, pois é uma forma de transmitir aos voluntários competências ajustadas à realidade que vão encarar no seu trabalho como voluntários neste projeto.

Como forma de eu me inteirar mais na temática do voluntariado, a Chefe de Divisão, considerou que seria bom para a realização do meu trabalho, ter um maior conhecimento da prática do voluntariado no Concelho, como tal, aconselhou-me a visitar o Centro Comunitário de Esmoriz, a Delegação de Ovar da Cruz Vermelha Portuguesa, onde um responsável me mostrou as instalações e me falou do funcionamento da instituição e das suas atividades (projetos) ligadas ao voluntariado, e a Liga dos Amigos do Hospital de Ovar, onde acompanhei o trabalho dos voluntários na sua ação diária de apoio às pessoas do Hospital, desde a preparação e fornecimento do lanche aos utentes na sala de espera, às visitas aos doentes internados.

Por forma a obter alguns esclarecimentos acerca dos procedimentos a serem tidos em conta aquando da realização das entrevistas de seleção dos voluntários, a formação destes, a coordenação dos voluntários, a atuação dos voluntários, as dificuldades sentidas, fizemos (eu, a socióloga da Câmara e dois elementos do Centro Comunitário de Esmoriz) uma visita à Associação Coração Amarelo – Delegação do Porto, no Centro Hospitalar Conde Ferreira. Aos elementos da direção, começou por ser feito um breve enquadramento do nosso projeto, seguindo-se uma série de questões com o objetivo de serem esclarecidas algumas dúvidas.

Todos os voluntários, durante a sua integração no projeto, têm que apresentar um relatório mensal das visitas que efetuaram, onde sumariamente indiquem as ações desenvolvidas e alguns apontamentos relativos ao idoso ou idosos que considerem importantes⁴⁰.

Durante o período de estágio fui convidada a participar em todas as reuniões que se realizaram do Núcleo Executivo da Rede Social onde foram debatidos diversos assuntos, o me deu oportunidade para poder compreender a dinâmica do grupo e perceber quais eram as atividades que iam desenvolvendo. Assisti também, a três reuniões do Grupo Operativo das Plataformas Supraconcelhias do Baixo Vouga e entre Douro e Vouga, que se realizaram nas

⁴⁰ O beneficiário faz também um pequeno relatório da visita (como forma de comprovar que a visita foi realmente feita) para posterior avaliação da equipa coordenadora do projeto. No caso de serem os gestores de voluntariado a efetuarem a visita, estes também têm que fazer um pequeno relatório da visita.

instalações da Segurança Social de Aveiro, onde foram debatidos, entre outros assuntos, a Plano de Ação para 2012, a divulgação de ações dinamizadas no âmbito do Ano Europeu para o Envelhecimento Ativo e Solidariedade Entre Gerações, apresentação de Rede de Emergência Social (Cantinas Sociais) e apresentação do Protocolo de Cooperação 2011/2012, e a uma Reunião Extraordinária do CLAS, realizada a pedido do Sr. Secretário de Estado da Segurança Social e do Sr. Diretor do Centro Distrital de Aveiro, do Instituto da Segurança Social, para divulgação de novos programas e medidas, que tinham sido já apresentados na reunião da Plataforma Supraconcelhia, e estavam agora a ser apresentados às entidades concelhias que constituem o CLAS.

3.5.1. Objetivos do estágio e metodologia utilizada

Em termos muito gerais, pretendia-se com este estágio, de um lado, compreender as motivações e as práticas dos voluntários que apoiam idosos e, de outro, avaliar a contribuição das respostas que os voluntários oferecem para o bem-estar dos idosos no concelho de Ovar.

Para fazer uma análise dos voluntários que integram o *Projecto Menos Sós... Mais Nós – Equipas Locais de Voluntariado*, foram aplicados inquéritos a 28 voluntários, os quais vão permitir fazer uma caracterização do perfil de voluntário.

O inquérito está dividido em três partes. Numa primeira parte são colocadas questões que permitirão fazer uma caracterização sociodemográfica dos voluntários; numa segunda parte, são colocadas questões que irão permitir analisar as motivações e expectativas dos voluntários, bem como as aptidões e conhecimento da realidade em questão; e numa terceira parte, são colocadas questões relativas, especificamente, ao projeto de voluntariado, como forma de avaliar a pertinência do projeto no concelho de Ovar.

Os inquéritos foram aplicados após a formação específica e antes dos voluntários iniciarem o seu trabalho no terreno como voluntários neste projeto.

3.5.2. Principias conclusões do inquérito

Através da análise dos dados do inquérito é possível constatar que a maioria dos voluntários é do sexo feminino, registando-se 23 casos, enquanto que do sexo masculino apenas 5.

A média de idades dos voluntários inscritos é de 43 anos, tendo o voluntário mais novo 19 anos e o mais velho 73 anos.

Quanto ao nível de escolaridade é visível que a maioria dos voluntários possui o Ensino Secundário (9) e o Ensino Superior (12). Segundo Santos “o nível de educação (...) constitui um factor mais consciente da propensão para o voluntariado, na medida em que à instrução avançada corresponderia um amento da consciência face aos problemas sociais e um aumento da capacidade empática” (2002: 34).

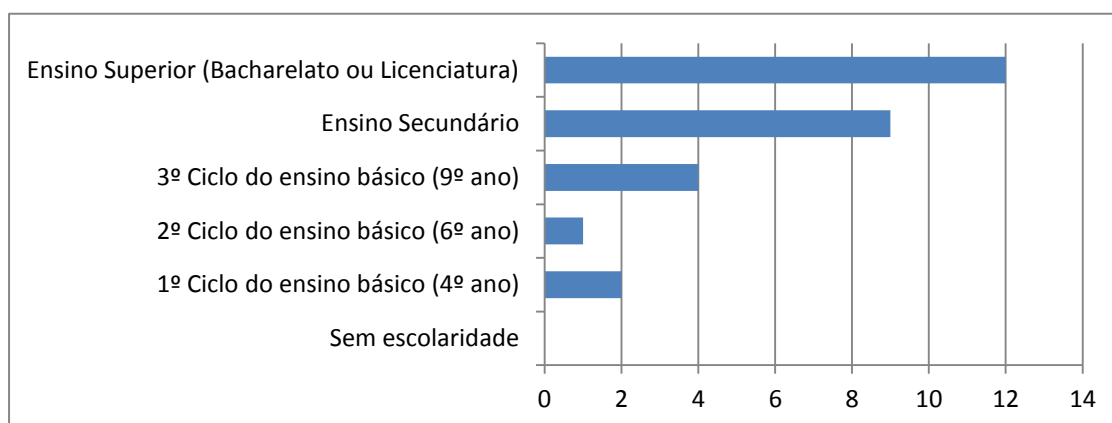


Gráfico 1 - Nível de escolaridade

Quanto à profissão dos inquiridos é de salientar que alguns deles têm formação ou exercem uma atividade profissional marcada pelos cuidados dos outros, como é o caso dos assistentes sociais, professores e educadores sociais.

Quando se perguntou aos inquiridos “*O que é para si ser voluntário?*”, podemos verificar que, de um modo geral, as respostas não diferiram muito umas das outras. A maioria dos inquiridos afirma que é disponibilizar o tempo que têm para ajudar quem mais precisa e, que ser voluntário é, acima de tudo, dar sem receber nada em troca.

De entre o total de voluntários, é visível que metade dos inquiridos (15) já tinha experiência como voluntário e os restantes (13) nunca o tinham feito. Essas experiências de voluntariado foram em áreas que vão desde o escutismo, Banco Alimentar, acompanhamento de crianças e idosos à organização de conferências e trabalho voluntário com animais.

Na pergunta “*Quantas horas por semana pensa dedicar ao trabalho voluntário?*” os inquiridos responderam, na sua maioria, dedicar duas horas por semana ao trabalho voluntário neste projeto. Apenas 4 inquiridos responderam pensarem dedicar três horas semanais ao trabalho voluntário. Pela análise dos inquéritos, é visível que estes inquiridos que pensam dedicar mais tempo ao projeto são reformados e desempregados, daí a sua maior disponibilidade para este tipo de atividade. Contudo, apenas um inquirido responde pensar dedicar mais de três horas semanais ao trabalho voluntário.

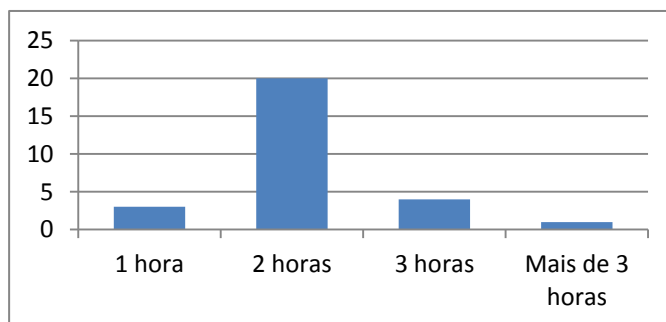


Gráfico 2 - Número de horas que os voluntários pensam dedicar ao trabalho voluntário

Quando se perguntou “*De entre as suas características pessoais, quais destaca como sendo úteis para o exercício de trabalho voluntário?*” é visível que os inquiridos realçam, acima de tudo, o espírito solidário e generosidade (o gosto e a vontade de ajudar os mais desfavorecidos) e o sentido de responsabilidade (sentido de assumir um compromisso e ter consciência social). Houve também quem destacasse a sua simpatia e o gosto de ser sentir útil na sociedade.

As motivações para o exercício do trabalho voluntário podem ir desde a ocupação de tempos livres que permita gerar um sentimento de utilidade e reconhecimento social, à necessidade de ajudar o próximo, um impulso para atingir a satisfação pessoal, passando ainda pelo convívio social e o estabelecimento de relações de amizade, e pela oportunidade profissional e até de empregabilidade futura.

No que respeita às motivações identificadas pelos inquiridos como pertinentes para a decisão de exercerem voluntariado, é claramente visível a afirmação de desejo de ser útil e de ajudar os outros. Pode-se mesmo dizer que um traço comum do voluntariado é a afirmação de uma ética da solidariedade. Altruísmo e solidariedade são muitas vezes apontados como motivadores do voluntariado, por serem valores morais socialmente constituídos, encarados como virtude dos indivíduos.

No entanto, também são de salientar outros fatores motivacionais, mais relacionados com a ideia de cidadania, como “responsabilidade social”, “vontade de mudar certas realidades na sociedade” e o facto de “acreditar que se cada um fizer a sua parte é possível construir um mundo melhor”. O voluntariado tende a identificar-se cada vez mais com o cidadão ativo (aquele que contribui para causas que promovam o bem-estar da população), consciente do seu papel social e ciente das implicações dos direitos que a cidadania lhe concede, uma vez que essa mesma cidadania impele cada vez mais um dever de dispor de tempo, esforço e recursos, a favor da comunidade (Santos, 2002: 18). O voluntariado para além de ser entendido como uma atividade pessoal, ao serviço dos outros e do bem comum, é também uma manifestação singular da ação participativa dos cidadãos para melhorar as suas próprias condições de vida. Assim, o dinamismo da sociedade civil encontra-se expresso no voluntariado, o espaço por excelência do exercício de uma cidadania ativa e participada

Podemos verificar que os inquiridos que referem como fator motivacional a “oportunidade de colocar em prática aprendizagens/conhecimentos pessoais”, tem formação ou exercem uma atividade profissional direcionada para este tipo de população, como por exemplo, uma auxiliar de geriatria, educadoras sociais, educadora sociocultural e assistente social.

Apenas três dos inquiridos consideram como uma das suas motivações, que o voluntariado pode ser uma “forma de ocupar o tempo livre”. Curiosamente, destes inquiridos, dois estão em situação de desemprego e um é estudante.

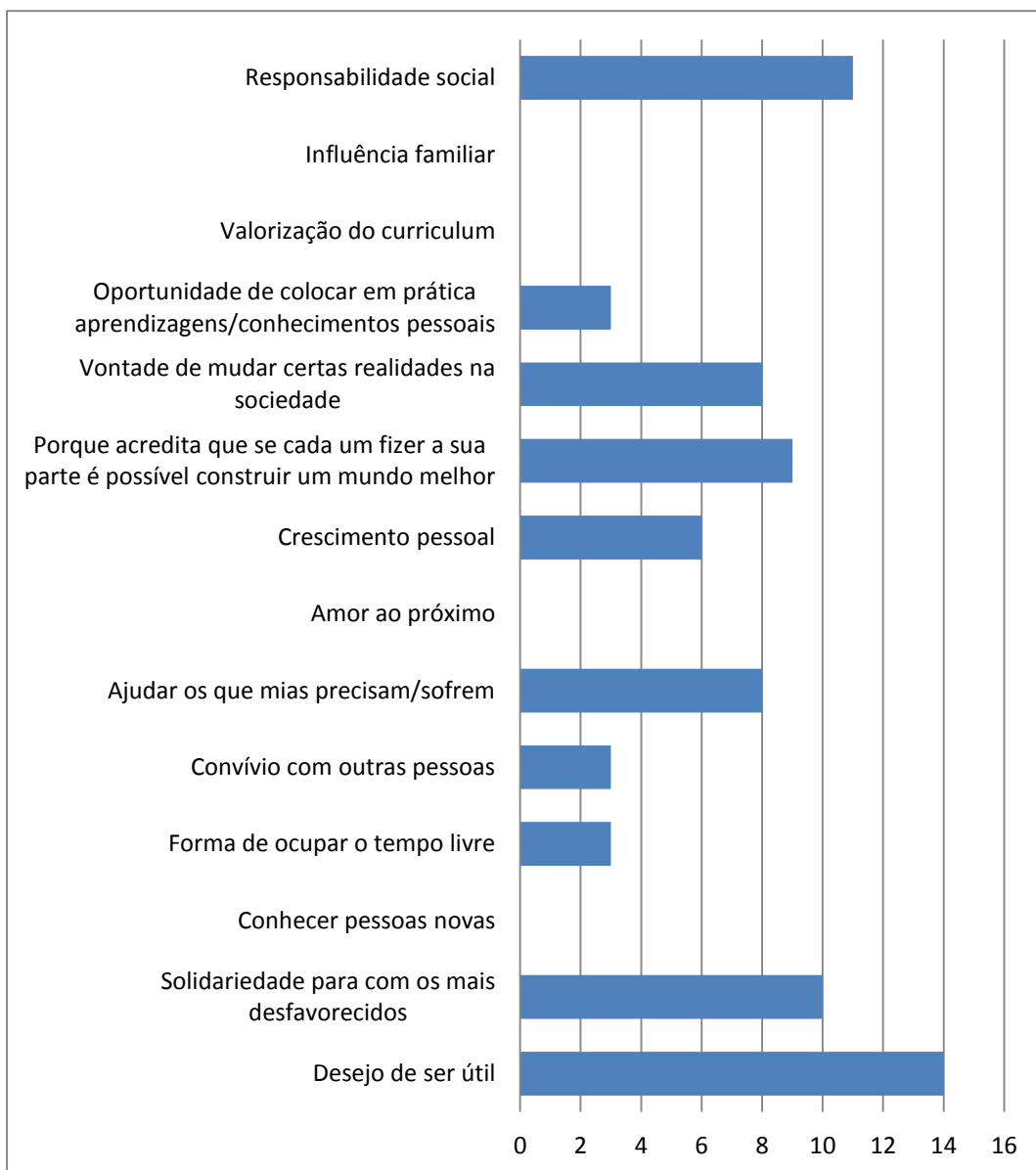


Gráfico 3 - Motivações dos voluntários

Os inquiridos demonstram que as suas principais expectativas face ao trabalho voluntário são “ser um bom contributo para a sociedade”, “gratificação/satisfação pessoal” e “crescimento pessoal”, evidenciando assim, um sentimento de utilidade e de gratificação pelo serviço prestado, contribuindo para o aumento do sentido do seu próprio valor (autoestima). É de referir que nenhum dos inquiridos espera “reconhecimento social” pelo ser trabalho como voluntários.

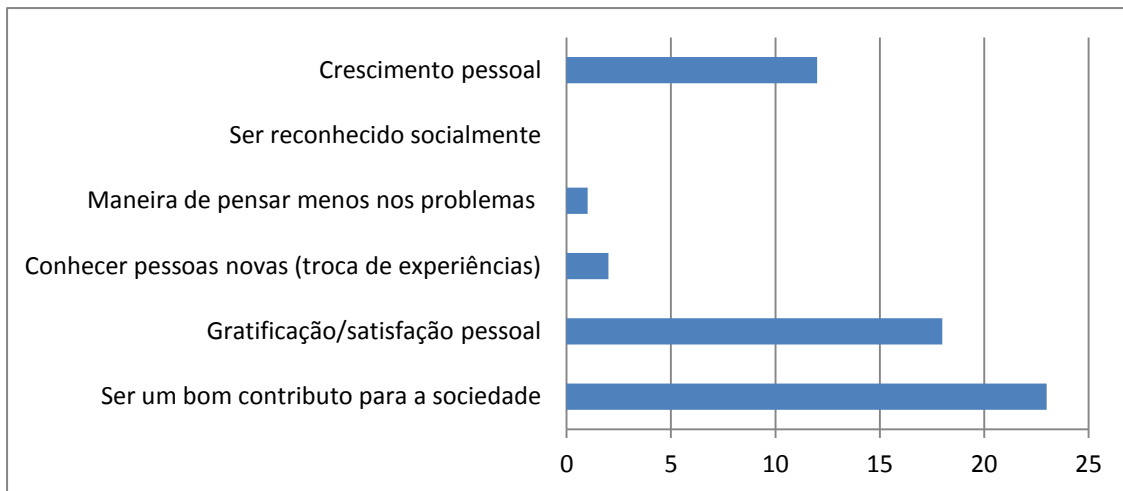


Gráfico 4- Expectativas dos voluntários

Relativamente à preocupação dos inquiridos com as condições em que vivem as pessoas idosas e/ou dependentes, constatamos que 17 dos inquiridos demonstram preocuparem-se “muito”, e 14 preocupam-se “em certa medida”.

Do total os inquiridos, 20 afirmam que não é facto de ser cada vez maior o número de idosos, que têm maior consciência dos problemas que eles enfrentam.

Quando são questionados se consideram o voluntariado como um contributo para o bem-estar dos idosos, 23 dos inquiridos considera o contributo do voluntariado como “muito importante” para o seu bem-estar e, 5 consideram-no “bastante importante”. Pela análise dos inquiridos podemos verificar que estes 5 inquiridos que consideram o voluntariado como bastante importante para este tipo de população, já exercem trabalho voluntário junto dela, nomeadamente, na Liga dos Amigos do Hospital de Ovar.

Na pergunta “*Considera o voluntariado uma boa alternativa para auxiliar os idosos que desejem permanecer nas suas casa?*”, 24 dos inquiridos considera que “em certa medida” o voluntariado pode ser uma alternativa, e apenas 3 consideram que “sim”, que é uma boa alternativa. Daqui podemos concluir que, os inquiridos têm conhecimento de que esta população necessita, por vezes, de cuidados específicos, aos quais não podem dar resposta, somente pessoas especializadas o podem fazer, como é o caso dos técnicos de enfermagem e do pessoal do serviço domiciliário. As atividades desenvolvidas pelos voluntários, como fazer companhia, conversar, passear, etc., apesar de serem um contributo para o bem-estar desta população, em alguns casos mais específicos, não são suficientes.

Especificamente em relação ao *Projecto Menos Sós... Mais Nós – Equipas Locais de Voluntariado*, 19 dos inquiridos diz ter tomado conhecimento do projeto através de “cartazes

e panfletos”, e 9 por “transmissão oral”. Podemos assim constatar que o jornal e a rádio não foram um meio eficiente de divulgação do projeto.

A grande maioria dos inquiridos considera que o projeto está a ter uma boa divulgação. Coloca-se, no entanto, a dúvida sobre se estarão verdadeiramente a ser sinceros, ou se apenas o dizem por uma questão de simpatia.

Antes de iniciarem o trabalho de voluntários no terreno, todos os voluntários tiveram, obrigatoriamente, de frequentar, para além da formação inicial de voluntariado, uma formação específica sobre terceira idade, denominada “Comunicação e Envelhecimento”. Dos inquiridos, 19 consideraram que os conhecimentos adquiridos nessa formação como “muito importantes” e 9 como “bastante importante” para o seu trabalho como voluntários neste projeto.

Do total de inquiridos apenas 8 já possuía esse tipo de conhecimentos. Pela análise dos inquiridos, verificamos que estes inquiridos já possuem estes conhecimentos ou por exercerem trabalho voluntário junto de idosos ou devido à sua atividade profissional, como é o caso de uma auxiliar de geriatria, uma animadora sociocultural e de duas educadoras sociais.

Na pergunta *“Na sua opinião, este projeto é bom para o Concelho de Ovar”*, todos os inquiridos respondem afirmativamente, não havendo ninguém a responder “não”. De um modo geral, analisando as respostas dos inquiridos, estes consideram o voluntariado como uma mais-valia para o concelho, na medida em que têm consciência do crescente número de pessoas idosas e/ou dependentes que residem na sua proximidade e, este projeto é também um meio de contribuir para o bem-estar dessa população, atos/ações que por iniciativa própria não os teriam.

Numa escala de “nada”, “pouco”, “moderadamente”, “bastante” e “muitíssimo”, os inquiridos quando questionados sobre *“Em que medida sente que o seu contributo irá fazer a diferença?”*, todos responderam “moderadamente”; na questão *“Em medida sente que o seu contributo será importante”*, 21 respondem “moderadamente” e 7 “bastante”; e na questão *“Em que medida sente que é reconhecido por desenvolver este tipo de trabalho e pelo apoio que dá a este projeto?”*, 19 respondem “moderadamente” e 9 “pouco”, pelo que podemos constatar que a opinião dos inquiridos é de que o trabalho voluntariado não é muito reconhecido na nossa sociedade.

Na última questão do inquirido era pedido aos inquiridos que, de uma série de fatores, indicassem os dois que considerassem como principais dificultadores ao seu trabalho como

voluntários. É de referir que apenas 7 o fizeram, 11 indicaram apenas um fator e 9 não indicaram nenhum.

Pela análise dos inquéritos podemos verificar que dos 9 que não indicaram nenhum fator, ou estão em situação de desemprego ou são reformados, pelo que podemos concluir que, dos fatores enumerados nenhum se enquadrava no seu caso, no entanto na opção “outro, qual?”, não fizeram referência a mais nenhum, ou então, que estes não têm qualquer impedimento para a realização de trabalho voluntário. Dos 7 que indicaram dois fatores, que exercem uma atividade profissional e que são casados ou vivem em união de facto, podemos verificar que os principais dificultadores são a “falta de tempo” e “dificuldade de conciliação do trabalho voluntário com a vida profissional/pessoal”.

Apesar de a grande maioria dos inquiridos na questão “O que é para si ser voluntário?” ter usado, essencialmente, expressões como *ter tempo*, *dar tempo* ou *ter disponibilidade*, através do gráfico 6, é bem visível que a “falta de tempo” é mencionado como o principal condicionante à prática do trabalho voluntário.

É de referir que nenhum dos inquiridos referiu que o facto do trabalho voluntário não ser remunerado fosse um impedimento para a sua realização, o que demonstra que os inquiridos têm consciência de que o pagamento monetário compensatório pela prestação de um serviço não é uma característica essencial do trabalho voluntário, sendo esta uma das quatro ideias base do voluntariado.

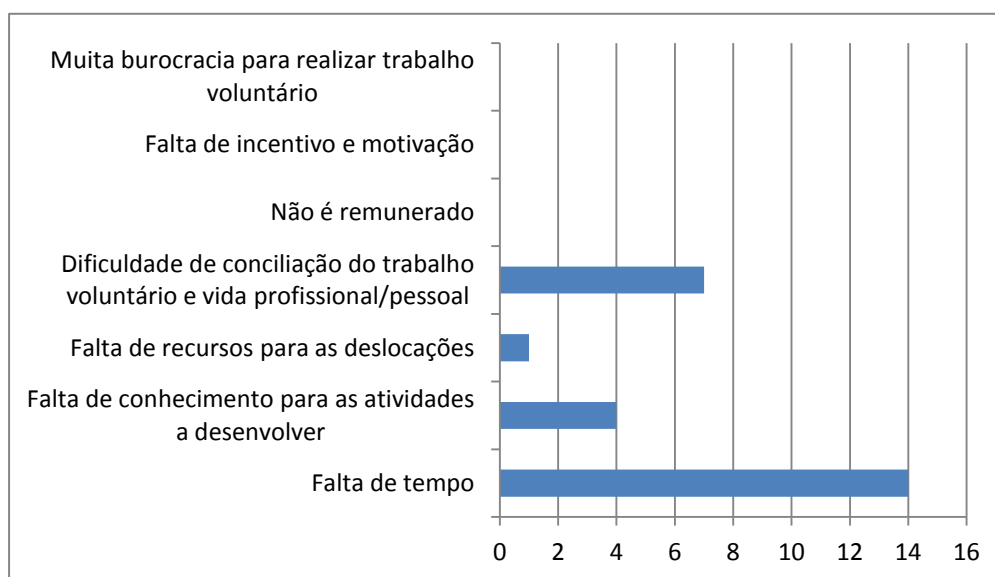


Gráfico 5 - Fatores que podem condicionar o trabalho voluntário

CONCLUSÃO

É do conhecimento geral que o envelhecimento das populações, que ocorre já a um ritmo acelerado, tem tendência a acentuar-se, não apenas no topo, com o aumento dos mais velhos, mas igualmente na base, com a redução dos mais novos. Esta “involução demográfica” enquadra-se na tendência dominante da dinâmica das sociedades atuais, não sendo a portuguesa uma exceção.

Atualmente, podemos constatar um aumento do envelhecimento da população, porque existiu um progresso contínuo das ciências em geral e, especificamente na medicina, aumentando a longevidade, para além de uma generalizada melhoria das condições de vida da população portuguesa.

Contudo, o idoso continua a ser vítima de estereótipos, nomeadamente pelos mais jovens, acabando muitas vezes por ficar de lado, sendo desvalorizado, isolado, com sofrimento, desamparado, negligenciado, entre outros.

Genericamente, “a velhice tanto é uma fase temida por aqueles que ainda lá não chegaram como uma fase mal vivida pelos que nela já se encontram” (Cerqueira, 2011). Reflexo deste receio encontra-se a sobrevalorização da juventude, exemplo da recusa das transformações do envelhecimento, sendo a velhice desacreditada e perspectivada como uma inevitabilidade trágica.

Na atualidade, o envelhecimento é reconhecido como um problema para a maioria das pessoas, pois estas ainda não estão preparadas para as transformações e perdas que esta fase da vida acarreta. Ocorre uma transformação física, própria de um organismo, e uma transformação social, em função das perdas e limitações que chegam com a velhice o que, muitas vezes, conduz a pessoa ao isolamento e à solidão.

Com o passar dos anos, ocorrem importantes perdas ao nível dos órgãos sensoriais, dificultando o contacto com o mundo exterior. A dificuldade de ouvir é uma limitação para o convívio entre pessoas, tornando difícil manter uma conversa; as dificuldades visuais limitam as saídas ao exterior. Estas perdas fazem com que o idoso entre num círculo de isolamento progressivo. Com o envelhecimento a locomoção sofre alterações, tornando as quedas mais propícias e frequentes condicionando, assim, as deslocações do idoso que vê, deste modo, a perda da sua autonomia e o empobrecimento da sua rede social. Sendo assim, a frequência de contacto com as suas relações sociais passa a depender dos outros. Os idosos doentes, com incapacidades físicas, encontram-se assim, numa situação de maior vulnerabilidade. Estes

aspectos conduzem naturalmente a um maior isolamento social e a um aumento do sentimento de solidão.

A velhice leva da vida das pessoas o(a) companheiro(a), os amigos, o trabalho e os filhos, deixando a vazia a vida social e, neste contexto, a solidão instala-se na vida do idoso, pela ausência de contatos e relacionamentos importantes. A solidão é, deste modo, uma doença social que faz inúmeras vítimas entre as pessoas da terceira idade.

Nos dias de hoje, são poucas as famílias que possuem a disponibilidade para o acompanhamento do envelhecimento dos seus familiares, por vários fatores que emergiram na nossa sociedade, o que conduziu para o crescente número de idosos a viverem sós.

Pode-se constatar que a solidão e o abandono entre pessoas idosas são mais comuns do que o que se pensa. “Quando o idoso se apercebe que a solidão é uma companhia, o rosto entristece, a alma apaga-se e uma forte pressão invade o pensamento. O dia-a-dia torna-se deprimente e o futuro sem esperança para continuar” (Fernandes, 2007: 36).

Em Portugal, apesar dos benefícios conquistados ao longo dos últimos anos – o direito a uma pensão de reforma que garanta a sobrevivência dos indivíduos – as gerações mais velhas irão continuar a confrontar-se com dificuldades num quadro comum de vulnerabilidade que decorre da idade. As situações de fragilidade material associadas a dificuldades de relacionamento familiar e problemas de saúde acentuam a desintegração e a exclusão social.

O reconhecimento do valor dos laços sociais e a recuperação de uma convivialidade mais próxima e mais solidária parece ser uma preocupação de quantos consideram que as relações interpessoais são a característica mais essencial da vida humana, um vetor de paz social e portadoras de sentido. Elas são, igualmente, uma resposta ao isolamento e ao sentimento de solidão.

Não há qualquer dúvida de que a permanência do idoso no seu meio familiar e social, em constante interação com as pessoas que lhe são próximas, é considerado o cenário ideal para qualquer pessoa que atinja a velhice e procure vivê-la de forma equilibrada, mas como sabemos, na realidade, as coisas nem sempre são assim. O surgimento de novas ou renovadas formas de organização familiar e de novos valores que lhe estão subjacentes está profundamente relacionado com fatores estruturais que condicionam o relacionamento das relações sociais e familiares. Dessas novas/renovadas formas organização familiar destacam-se a crescente mobilidade geográfica e social, que contribui para um certo afastamento entre os elementos que constituem a rede de solidariedade primária, dificultando assim os contactos frequentes e, conseqüentemente, a estruturação de apoios efetivos em caso de necessidade; a

alteração da condição feminina, com o aumento dos seus níveis de escolaridade e da sua formação profissional, a sua crescente inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a valorização do seu estatuto social comprometem uma menor disponibilidade para as atividades ligadas com o espaço doméstico.

Podemos assim concluir que a transformação das formas de sociabilidade⁴¹ e o conseqüente isolamento a que muitas pessoas estão voltadas agrava consideravelmente os problemas das pessoas mais velhas, que são as principais afetadas pela ausência de um suporte relacional.

“Solidão procura solidão e, quanto mais uma pessoa se isola, à medida que o tempo vai passando, mais isolada quer estar” (Fernandes, 2007: 36). Há que contrariar esta tendência, e o voluntariado é uma alternativa bastante viável para responder a este problema de isolamento que afeta muitos dos nossos idosos.

O voluntariado procura ser uma forma de pressão face aos problemas sociais, como a desintegração e a exclusão social, se possível na sua erradicação. Se tal parece utópico, ao menos que atue como uma força que atenuar esses problemas.

O voluntariado de proximidade é uma estratégia que pode contribuir para a diminuição do isolamento social sentido pelos idosos. Apesar de ser uma fase menos ativa do ciclo de vida, os idosos não têm que ficar inertes e sujeitem-se a um envelhecimento inconsciente e involuntário.

A solidariedade e a gratuidade não se compram nem se vendem. Felizmente, na sociedade consumista, cheia de interesses pessoais, há cada vez mais pessoas que, na gratuidade, doam parte do seu tempo e do seu saber para estarem presentes junto das pessoas que não carecem necessariamente de recursos materiais, mas sim de companhia, carinho e amor.

O crescente envelhecimento da população do concelho obrigou à criação de medidas e atitudes em relação às necessidades dos idosos. Por essa razão, o “Projecto Menos Sós... Mais Nós” pretende ir ao encontro desta população, tentando responder seus anseios, bem-estar, melhorando a sua qualidade de vida e renovar a sua integração social.

⁴¹Barroso e Tapadinhas salientam que os idosos que possuem uma percepção de maior preocupação por parte dos familiares e amigos mostram menos sentimentos de solidão. Deste modo, entende-se que a falta de afeto e abandono na velhice podem conduzir a um sentimento de tristeza e solidão, por vezes desencadeado por circunstâncias relativas e diminuições das capacidades físicas, que por sua vez levam a um distanciamento, podendo levar ao isolamento social (2006: 6).

Não se pode dizer que exista um perfil ideal de voluntário, basta ter-se algum tempo livre, disposição para criar novos laços afetivos e a forte consciência de que somos responsáveis por aqueles que nos são próximos. Ou seja, termos uma forte vontade de participação, comprometida e gratuita, na construção de uma sociedade mais justa. O voluntário é aquele que, de forma desinteressada, se dispõe a ajudar o outro. Neste sentido, a ação voluntária é livre e pessoal, mas na medida em que transforma a realidade social, contribuindo para a construção do bem comum.

Ao analisarmos os motivos e as expectativas que mobilizam os voluntários deste projeto, podemos verificar que são essencialmente de dois tipos: pessoal (a doação de tempo e esforço como resposta a uma inquietação interior que é levada à prática) e o social (a tomada de consciência dos problemas ao se enfrentar com a realidade, o que conduz à luta por um ideal ou ao comprometimento com uma causa).

No entanto, o valor intrínseco ao voluntariado transcende largamente o quadro da prestação de serviços e da satisfação das necessidades sociais. A motivação que subjaz ao voluntariado, ou seja, a noção de que com a iniciativa individual se está a servir o interesse geral e a contribuir para lhe dar forma, faz emergir valores tais como a defesa do bem comum, o desejo de se sentir útil, a responsabilidade social, a solidariedade e oferece igualmente uma contrapartida ao isolamento e ao egoísmo, fenómenos cada vez mais presentes nas sociedades modernas.

Como o projeto só foi para o terreno após eu ter terminado o estágio, fui sempre mantendo contacto com a minha supervisora, que foi pondo sempre a ocorrente dos desenvolvimentos do projeto.

Até a data, ainda não se realizou nenhuma reunião entre a Equipa Coordenadora do Projeto e os Voluntários no terreno, pelo que a avaliação ainda é muito superficial. No entanto, dos contactos efetuados com os voluntários e os beneficiários, o projeto merece nota positiva: nenhum dos beneficiários rejeitou o voluntário que os está a apoiar; nenhum dos voluntários rejeitou o beneficiário selecionado; todos os voluntários referem estar satisfeitos com os beneficiários e com as ações que desenvolvem; todos os beneficiários referem estar satisfeitos com os voluntários e com o apoio que lhes é prestado; alguns dos voluntários referem que no primeiro dia foi evidente a desconfiança dos beneficiários face ao Projeto, mas que nos dias posteriores se dissipou por completo.

O voluntariado contribui, efetivamente, para o desenvolvimento harmonioso da sociedade pois, as atividades voluntárias constituem uma experiência de aprendizagem não formal de

grande riqueza, capaz de desenvolver capacidades e competências. Reforça o sentido de solidariedade, desenvolve as competências sociais e facilita a integração dos indivíduos na comunidade e, ainda, a participação cívica, ajudando a desenvolver um sentimento de pertença e de empenhamento por parte dos cidadãos à comunidade em que estão inseridos.

O voluntariado tem-se tornado num aspeto intrínseco da sociedade democrática, em que se manifestam a liberdade de associação para fins sociais e pluralistas, assim como o desejo de participação e de realização de objetivos concretos. As ações de voluntariado constituem, ou podem constituir, oportunidades de integração social cada vez maior e de participação cívica a diferentes níveis. O voluntariado permite, assim, consolidar o aumento progressivo da responsabilização social do cidadão.

A extensão do voluntariado permite que a comunidade se implique mais e participe no seu próprio desenvolvimento, fomentando assim a sua auto-organização. Isto faz aumentar a participação cidadã a diferentes níveis e contribui para o aprofundamento da democracia assim como o enriquecimento e maior estabilidade do sistema social e a ter cidadãos mais comprometidos e responsáveis

O voluntariado atual é uma forma de associativismo que é impulsionado pela solidariedade para com o próximo, a terceiros, revelando-se um contrato social cada vez mais explícito e permanente com a sociedade em que ergue a sua atuação, aspeto que lhe permite evidenciar-se como um ato de aprendizagem e afirmação da cidadania ativa, responsável e comprometida. Neste sentido, o voluntariado hoje distancia-se do de outrora, pois se a iniciação dos indivíduos que se dedicam a esta prática antes ocorria pela manifestação de devoção religiosa, o facto é que atualmente essa manifestação anda também, cada vez mais reconhecidamente, de mãos dadas com uma expressão de cidadania ativa.

Em Portugal não se tem dado muita importância ao voluntariado, mas noutros países, fazer trabalho comunitário sempre foi muito valorizado. A nossa tentativa é que, também no nosso país, essa disponibilidade para ajudar os outros seja reconhecida como algo muito importante e fundamental para a formação dos indivíduos. É, assim, cada vez mais urgente educar/sensibilizar a sociedade para a cultura do voluntariado.

Os representantes de algumas instituições que possibilitam a prática de voluntariado no Concelho de Ovar alertam para o facto de ainda não existir uma cultura do voluntariado enraizada, pelo que os voluntários, apesar dos contratos que celebram e dos compromissos que aceitam, assumem que podem faltar sempre que entendam porque são apenas

voluntários, causando, desse modo, imensos transtornos às entidades/ projetos que os acolhem.

Uma cooperação mais ativa a vários níveis de todas as forças sociais e instituições públicas poderá garantir o desenvolvimento do voluntariado em Portugal. É urgente uma sociedade que seja mais responsável com os seus membros e é necessário implementar programas apelativos e credíveis que as pessoas possam integrar e, assim, haverá uma melhor resposta social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaro, Rogério Roque (2002), *O voluntariado nos projectos de luta contra a pobreza em Portugal*. Lisboa: Fundação Aga Khan Portugal.

Anuário Estatístico de Portugal 2010 (2011). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, IP, pp. 91 – 109. Disponível em:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=133813349&PUBLICACOESmodo=2

Barroso, Vera Lisa e Tapadinhas, Ana Rosa (2006). *Órfãos Geriatras: Sentimentos de solidão e depressividade face ao envelhecimento – Estudo comparativo entre idosos institucionalizados e não institucionalizados*. Disponível em: www.psicologia.com.pt/artigos/textos/TL0091.pdf

Bases do enquadramento jurídico do voluntariado.

Disponível em: http://www.entrajuda.com/pdf/Lei71_98.pdf

Boudon, Raymond (1990), *Os métodos em Sociologia*. Lisboa: Rolim, pp. 41 – 77.

Bruto da Costa, Alfredo (1998), *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações, pp. 85 – 89.

Cabrillo, Francisco e Cachafeiro, M. Luísa (1992), *A revolução grisalha*. Lisboa: Planeta Editora, pp. 13 – 34 e 57 – 68.

Calado, Dinah F. (2004), “Velhice – Solidão ou vida com sentido?” in Quaresma, M^a de Lourdes (coord.), *O sentido as idades da vida: interrogar a solidão e a dependência*. Lisboa: CESDET, pp. 51 – 72.

Casanova, José (coord.) et al (2001), *Quadros sociais do envelhecimento*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, pp. 9 – 36.

Catarino, Acácio Ferreira (2006), “Rede Social – voluntariado em rede”, *Pretextos*, nº 21, pp. 11 – 12.

Disponível em: http://195.245.197.196/preview_documentos.asp?r=13578&m=PDF

Catarino, Acácio Ferreira (2007), “Do voluntariado na acção social”, *Sociedade e Trabalho*, nº 32 (Out.), Lisboa, pp. 7 – 17.

Cerqueira, Margarida (2011), “Imagens do envelhecimento e da velhice (na população portuguesa)”. *Plataforma Barómetro Social*. Disponível em: <http://barometro.com.pt/archives/308>

Coelho, Sara (2008), *O contributo do voluntariado para o bem-estar dos idosos: estudos de casos*. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Planeamento. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Cónim, Custódio N. P. da Silva (1999), *Geografia do envelhecimento da população portuguesa: aspectos sociodemográficos 1970 – 2021*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento: Comissão Nacional para o Ano Internacional das Pessoas Idosas.

Conselho Local de Acção Social de Ovar (2009), *Diagnóstico Social do Concelho de Ovar*, Ovar: Rede Social de Ovar.

Concelho Nacional para a Promoção do Voluntariado (2002), *Guia do voluntário*. Lisboa: Edição Instituto para o Desenvolvimento Social.

Decreto-lei nº. 389/99, de 30 de Setembro

Disponível em: http://www.entrajuda.com/pdf/Decreto_Lei_389_99.pdf

Delicado, Ana; Almeida, Ana Nunes de; Ferrão, João (coords.) (2002a), *Caracterização do Voluntariado em Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional do Voluntariado.

Delicado, Ana (2002b), “Caracterização do voluntariado social em Portugal”, *Intervenção Social*, nº 25/26, pp. 127 – 140.

Delicado, Ana (2003), “A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo” in Vala, Jorge; Cabral, Manuel Villaverde e Ramos, Alice (orgs.), *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 199 – 256.

Diário da República, 2ª série, número 240 – 14 de Dezembro de 2010, pp. 60446 – 60464.

Durkheim, Émile (2004a) “A divisão do trabalho social” in Braga da Cruz, Manuel, *Teorias Sociológicas – Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos)*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 313 – 323.

Durkheim, Émile (2004b) “Solidariedade mecânica e orgânica” in Braga da Cruz, Manuel, *Teorias Sociológicas – Os fundadores e os clássicos (Antologia de textos)*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 325 – 343.

Eiras, Ruben (2001), “Voluntariado – Um tempo do seu tempo”, *Dirigir*, nº 73, I.E.F.P., pp. 3-9.
Disponível em: http://www.iefp.pt/iefp/publicacoes/Dirigir/Documents/2001/DIRIGIR_73.pdf

Esteves, António Joaquim (1995), “O envelhecimento sem (subterfug)idades: algumas notas sociológicas” in *Jovens e Idosos – família, escola e trabalho*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 93 – 125.

Fernandes, Ana Alexandra (1997), *Velhice e sociedade: demografia, família e políticas sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, pp. 1 – 17 e 20 – 74.

Fernandes, Ana Alexandre (2004), “Quando a vida é mais longa... Impactos sociais do aumento da longevidade” in Quaresma, M^a de Lourdes (coord.), *O sentido das idades da vida: interrogar a solidão e a dependência*. Lisboa: CESDET, pp. 13 – 36.

Fernandes, Hélder (2007). *Solidão em idosos do meio rural do Concelho de Bragança*. Dissertação de Mestrado em Psicologia do Idoso. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Foddy, William (1996), *Como perguntar: teoria e prática na construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta.

Freitas, Patrícia (2011), *Solidão em idosos – Percepção em função da Rede Social*. Dissertação de Mestrado em Gerontologia Social Aplicada. Braga: Faculdade de Ciência Sociais da Universidade Católica do Centro Regional de Braga

Garcia Roca, Joaquín (2002), “O voluntariado na sociedade de bem-estar”, *Intervenção Social*, nº 25/26, pp. 85 – 99.

Gomes, Dora (2009), *Mundos vividos: Os caminhos do voluntariado hospitalar*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Gonçalves, Raquel (2010), *Famílias de idosos da quarta idade: dinâmicas familiares*. Dissertação de Mestrado em Ciências de Enfermagem. Porto: Universidade do Porto – Instituto de Ciência Biomédicas Abel Salazar. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/45980>

Halba, Bénédicte e Net, Michel le (1997), *Bénèvolat et volontariat dans la vie économique, social et politique*. Paris: Les études de la documentation française.

Hespanha, Maria José Ferro (1993), “Para além do Estado: a saúde e a velhice na sociedade-providência” in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Coleção Saber Imaginar o Social, 5. Porto: Edições Afrontamento, pp. 315 – 335.

INE (2002), “O envelhecimento em Portugal: situação demográfica e sócio-económica recente das pessoas idosas”, *Revista Estudos Demográficos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, IP - Serviço de Estudos sobre a população do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, pp. 185 – 208. Disponível em:
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSpagenumber=2&ESTUDOSstema=00&ESTUDOSfreeText=envelhecimento

Instituto Universitário Justiça e Paz – *O que ganhas quando dás: Projecto Fundo Solidário*. Coimbra: 2011.

Leandro, Maria Engrácia e Cardoso, Daniela Freire (2005), *Sociologia do voluntariado: A Seiva Humana: O caso do hospitalar flaviense*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Lenoir, Remi (1998), “Objecto sociológico e problema social” in Champagne, Patrick et al (orgs.), *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 75 – 93.

Madeira, Carla e Abreu, Maria Manuela (2004), *Comunicar em ciência – Como redigir e apresentar trabalhos científicos*. Lisboa: Escolar Editora.

Martín, Inácio et al (2005), *Medidas Nacionais para a Promoção do Voluntariado em Portugal*. Braga: Inovação à Leitura.

Martins, Paulo Henrique (2009), “Cidadania” in Cattani, Antonio D.; Laville, Jean-Louis; Gaiger, Luiz I.; Hespanha, Pedro (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, pp. 55 – 59.

Martins, Raquel e Queiroga, Susana (2011), “Voluntariado hospitalareiro – Contornos da teoria e da prática”, *Hospitalidade*, nº 292 (Jul. /Set.). Lisboa, 36 – 41.

Mauritti, Rosário (2004), “Padrões de vida na velhice”, *Análise Social*, vol. 39 (171). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 339 – 363.

Nazareth, J. Manuel (2009), *Crescer e envelhecer: constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico*. Barcarena: Presença.

Nogueira, José Miguel (2009), *A dependência: o apoio informal, a rede de serviços e equipamentos e os cuidados continuados integrados*. Lisboa: GET/ MTSS, pp. 8 – 12.

Pais, José Machado (2006), “Exilados da vida – a solidão na velhice” in *Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas*. Porto: Âmbar, pp. 145 – 180.

Paugam, Serge (2007), “Introduction –Les fondements de la solidarité” in Serge Paugam (org.) *Repenser la solidarité – L’apport des sciences sociales*. Paris: PUF, pp. 5 – 28.

Paúl, Constança; Martín, Inácio; Roseira, Luiz (1999), *Comunidade e Saúde: satisfação dos utentes e voluntariado*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 116 – 120.

Pimentel, Luísa Maria Gaspar (2001), *O lugar do idoso na família: contextos e trajectórias*. Coimbra: Quarteto, pp. 31 – 78.

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Ovar 2011-2013. Ovar: Rede Social da Câmara Municipal de Ovar.

Quaresma, M^a de Lourdes (2004), “Interrogar a dependência” in Quaresma, M^a de Lourdes (coord.), *O sentido das idades da vida: interrogar a solidão e a dependência*. Lisboa: CESDET, pp. 37 – 50.

Quivy, Raymond; Champenhoudt, Luc van (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.

Rocha, Eugénia (2006), *Voluntariado na cidade do Porto: resultados do Inquérito às Instituições do Sector*. Porto: Câmara Municipal – Gabinete de Estudos e Planeamento/ Departamento Municipal de Estudos. Disponível em: http://www.cm-porto.pt/users/0/58/RelatriosobreVoluntariadonaCidadedoPorto_06bb44e270e266171a364785598098d1.pdf

Rosa, Maria João Valente (1993), “O desafio social do envelhecimento demográfico”, *Análise Social*, vol. XXVIII (3.º) (n.º 122). Lisboa, pp. 679 – 689.

Rosa, Maria João Valente (1996), “Envelhecimento demográfico: proposta de reflexão sobre o curso dos factos”, *Análise Social*, vol. XXXI (5.º) (nº 139). Lisboa, pp. 1183 – 1198.

Santos, Lurdes (2002), *Caracterização de voluntários: perfil do voluntariado jovem*. Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional do Voluntariado, pp. 9 – 41.

Sardinha, Boguslawa (2011), “Voluntariado na economia moderna – Um recurso em valorização”, *Hospitalidade*, nº 292 (Jul. /Set.). Lisboa, pp. 16 – 21.

Simões, Célia Maria (1999), “Velhice: realidade viva ou imagem sofrida?”. Disponível em: http://cassiopeia.esel.ipleiria.pt/esel_eventos/files/1808_Celia_Simoes_Painel_3_427f842fab6c6.pdf

Soares, Marisa (org.) (2007), *Por diferentes causas*. Revista Rua Larga da Reitoria da Universidade de Coimbra, nº 18.

Teixeira, Liliana (2010), *Solidão, depressão e qualidade de vida em idosos: um estudo avaliativo exploratório e implementação-piloto de um programa de intervenção*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Lisboa: Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

Xiberras, Martine (1993), *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Coleção Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 15 – 37.

Sítes consultados

- Ano Europeu do Voluntariado - <http://aev2011.eu/aev2011/>
- Câmara Municipal de Ovar – www.cm-ovar.pt
- Censos 2011 – www.censos.ine.pt
- Centro Comunitário de Esmoriz - <http://www.ccesmoriz.pt/>
- Confederação Portuguesa de Voluntariado – www.convoluntariado.pt
- Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado – www.voluntariado.pt
- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Ovar - <http://ovar.cruzvermelha.pt/>
- Instituto Nacional de Estatística – www.ine.pt
- Liga dos Amigos do Hospital de Ovar - <http://www.lahdo.org/>
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – www.scml.pt
- Socialgest – Gerontologia e Economia Social – www.socialgest.pt/
- UNIFAI – Unidade de Investigação e Formação sobre adultos e idosos - www.unifai.eu/

ANEXOS

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

O presente inquérito por questionário foi elaborado no âmbito do Relatório de Estágio, do Mestrado de Sociologia, e destina-se à recolha de elementos que permitam fazer uma caracterização dos voluntários que integram o *Projecto Menos Sós... Mais Nós – Equipas Locais de Voluntariado*.

O inquérito é anónimo e confidencial.

A sua participação é fundamental para o sucesso deste estudo.

I. Caracterização sociodemográfica

1. Sexo:

Feminino 1 Masculino 2

2. Data de nascimento: _____

3. Naturalidade: _____

4. Estado civil:

Solteiro/a 1
Casado/a 2
Viúvo/a 3
Separado(a)/ divorciado(a) 4
União de facto 5

5. Nível de escolaridade completo:

Sem escolaridade 1
1º Ciclo do ensino básico (4º ano) 2
2º Ciclo do ensino básico (6º ano) 3
3º Ciclo do ensino básico (9º ano) 4
Ensino Secundário 5
Ensino Superior (Bacharelato ou Licenciatura) 6
Mestrado ou Doutoramento 7
Não sabe/ Não responde -1

6. Condição perante o trabalho:

Estudante 1

- Exerce uma profissão 2
- Desempregado/a 3
- Domestico/a (ocupa-se das tarefas do lar) 4
- Reformado/a 5
- Não sabe/ Não responde -1

7. Profissão: _____

II. **O voluntariado**

8. O que é para si ser voluntário?

9. Já alguma vez tinha feito trabalho voluntário?

- Sim 1 Não sabe/ Não responde -1
- Não 2

10. Se Sim, em que área? _____

11. Quantas horas por semana pensa dedicar ao trabalho voluntário?

- 1 Hora 1
- 2 Horas 2
- 3 Horas 3
- Mais de 3 horas 4

12. De entre as suas características pessoais, quais destaca como sendo úteis para o exercício de trabalho voluntário?

13. Quais as suas principais motivações para ser voluntário? (selecione três opções)

- Desejo de ser útil 1
- Solidariedade para com os mais desfavorecidos 2
- Conhecer pessoas novas 3
- Forma de ocupar o tempo livre 4
- Convívio com outras pessoas 5
- Ajudar os que mais precisam/sofrem 6
- Amor ao próximo 7
- Crescimento pessoal 8
- Porque acredita que se cada um fizer a sua parte é possível construir um mundo melhor 9

- Vontade de mudar certas realidades na sociedade 10
- Oportunidade de colocar em prática aprendizagens/conhecimentos pessoais 11
- Valorização do curriculum 12
- Influência familiar 13
- Responsabilidade social 14
- Outras, quais? _____

14. Quais as suas expectativas em relação ao trabalho como voluntário? (selecione duas opções)

- Ser um bom contributo para a sociedade 1
- Gratificação/satisfação pessoal 2
- Conhecer pessoas novas (troca de experiências) 3
- Maneira de pensar menos nos seus problemas 4
- Ser reconhecido socialmente 5
- Crescimento pessoal 6
- Outras, quais? _____

III. O voluntariado e as pessoas idosas e/ou dependentes

15. Preocupa-se com as condições em vivem as pessoas idosas e/ou dependentes?

- Muito 1
- Em certa medida 2
- Pouco 3
- Nada 4

16. Já teve, ou tem atualmente, alguma experiência/vivência com idosos e/ou dependentes que vivem sós?

- Sim 1 Não sabe/ Não responde -1
- Não 2

17. Considera que pelo facto de ser cada vez maior ao número de pessoas idosas tenhamos mais consciência dos problemas que estas enfrentam?

- Sim 1 Não sabe/ Não responde -1
- Não

18. Na sua opinião, em que medida considera o voluntariado como um contributo para o bem-estar desta população?

- Nada importante 1
- Pouco importante 2
- Importante 3
- Muito importante 4
- Bastante importante

19. Considera o voluntariado uma boa alternativa para auxiliar os idosos que desejam permanecer nas suas casas?

- Sim 1
Em certa medida 2
Não 3
Não sabe/ Não responde -1

IV. **Projecto Menos Sós... Mais Nós – Equipas Locais de Voluntariado**

20. Como tomou conhecimento do *Projecto Menos Sós... Mais Nós –Equipas Locais de Voluntariado*?

- Panfletos/ 1
Jornal 2
Rádio 3
Transmissão oral 4
Outro, qual? _____

21. Considera que o projeto está a ter uma boa divulgação?

- Sim 1 Não sabe/ Não responde -1
Não 2

22. Em que medida considera os conhecimentos adquiridos na formação específica “Comunicação e Envelhecimento” importantes para o seu trabalho como voluntário neste projeto?

- Nada importante 1
Pouco importante 2
Importante 3
Muito importante 4
Bastante importante 5

23. Já possuía esse tipo de conhecimentos?

- Sim 1 Não sabe/ Não responde -1
Não 2

24. Na sua opinião, este projeto é bom para o concelho de Ovar?

- Sim 1 Não sabe/ Não responde -1
Não 2

Porquê?

25. Incentivou alguém a inscrever-se como voluntário neste projeto?

Sim ₁ Não sabe/ Não responde ₋₁
 Não ₂

26. Leia atentamente cada questão e assinale com uma cruz o termo que melhor descreve a sua opinião pessoal:

	Nada ₁	Pouco ₂	Moderadamente ₃	Bastante ₄	Muitissimo ₅
26.1. Em que medida sente que o seu contributo irá fazer a diferença?					
26.2. Em que medida sente que o seu contributo irá ser importante?					
26.3. Em que medida sente que irá ser reconhecido por desenvolver este tipo de trabalho e pelo apoio que dá a este projeto?					

27. Da seguinte enumeração de fatores, selecione os três que considera que podem dificultar o seu trabalho como voluntário:

- Falta de tempo ₁
- Falta de conhecimento para as atividades a desenvolver ₂
- Falta de recursos para deslocações ₃
- Dificuldade de conciliação do trabalho voluntário e vida profissional/pessoal ₄
- Não é remunerado ₅
- Falta de incentivo e motivação ₆
- Muita burocracia para realizar trabalho voluntário ₇
- Outro, qual? _____

Obrigada pela sua colaboração!



**PROJECTO “MENOS SÓS...MAIS NÓS
EQUIPAS LOCAIS DE VOLUNTARIADO”**

**PROGRAMA DE VOLUNTARIADO
(Artigo 9.º da Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro)**

Entidade promotora:

Rede Social da Câmara Municipal de Ovar

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO

Considerando que na Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, é reconhecido o valor social do voluntariado como expressão do exercício livre de uma cidadania ativa e solidária e garantida a sua autonomia e pluralismo,

Considerando que a **Rede Social do Concelho de Ovar**, estrutura adiante designada por Rede Social prossegue fins não lucrativos, no domínio da área social e desenvolve atividades de manifesto interesse social e comunitário, entre as quais se inclui o **Projeto “Menos Sós...Mais Nós”**,

Considerando que os voluntários têm direito a estabelecer com a **Rede Social** um Programa de Voluntariado que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário que vão realizar,

Considerando que _____, com o n.º de Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão _____ e residente na _____, adiante designado por **VOLUNTÁRIO/A**, se ofereceu para, de forma livre, desinteressada e responsável, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, colaborar com a **Rede Social**.

É estabelecido o seguinte programa de voluntariado, que constitui um compromisso mútuo, entre a **Rede Social** representada pelo Presidente do CLAS – Conselho Local de Ação Social, Dr. Vitor Ferreira e o/a VOLUNTÁRIO/A, com base no artigo 7.º, n.º 1, alínea g), e no artigo 9.º, ambos da Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, e na sua regulamentação, Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro, nos termos e cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

(Objeto)

O presente programa tem por objeto regular as relações mútuas entre a Rede Social e o/a VOLUNTÁRIO/A, bem como o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário que este último se compromete a realizar.

SEGUNDA

(Âmbito)

O trabalho voluntário situa-se no âmbito do **Projecto “Menos Sós... Mais Nós!”**.

TERCEIRA

(Funções)

A participação do/a VOLUNTÁRIO/A nas atividades promovidas pela **Rede Social** decorre essencialmente das seguintes funções:

1. _____;
2. _____;
3. _____;
4. _____;
5. _____;
6. _____.

QUARTA

(Duração do programa e do trabalho voluntário)

1. O presente programa de voluntariado produz efeitos a partir do dia _____, e durará pelo prazo de **3 (três) meses**, renovando-se automaticamente se nenhuma das partes o não denunciar com a antecedência mínima de **15 (quinze) dias** relativamente ao termo do prazo inicial ou da renovação que estiver em curso.

2. Discriminação de Horas Semanais: _____;

3. Horário acordado: _____;

4. O/A **VOLUNTÁRIO/A** pode alterar livremente a sua disponibilidade horária, diária ou semanal, mediante simples comunicação ao **Gestor de Voluntariado da sua Equipa**, com a maior antecedência possível, de modo a não prejudicar o desenvolvimento do Programa de Voluntariado.

QUINTA

(Suspensão e cessação do trabalho voluntário)

1. O/A **VOLUNTÁRIO/A** pode interromper ou cessar o trabalho voluntário mediante simples comunicação ao **Gestor de Voluntariado**, com a maior antecedência possível, de modo a não prejudicar as expectativas criadas;

2. A Rede Social pode dispensar, após audição do/a **VOLUNTÁRIO/A**, a sua colaboração a título temporário ou definitivo sempre que a alteração dos objetivos ou das práticas institucionais o justifique.

3. A Rede Social pode determinar, após audição do/a **VOLUNTÁRIO/A**, a suspensão ou a cessação da sua colaboração em todas ou algumas das tarefas no caso de incumprimento do programa do voluntariado.

SEXTA

(Identificação)

1. Para efeitos de identificação será entregue ao/à **VOLUNTÁRIO/A** um cartão próprio, emitido pela entidade promotora do Projecto “Menos Sós...Mais Nós”.

SÉTIMA

(Informação e orientação)

AO/À **VOLUNTÁRIO/A** será proporcionado, antes do início do seu trabalho voluntário, informação e orientação acerca dos fins e atividades do Projeto, de modo a harmonizar a sua ação com os objetivos do mesmo e, ainda, acerca do desenvolvimento do seu trabalho, na medida do necessário e suficiente para a boa realização das tarefas destinadas a todos os voluntários envolvidos no Projecto “Menos Sós... Mais Nós”.

OITAVA

(Formação e avaliação)

1. A Rede Social promoverá ações de formação geral a todos os VOLUNTÁRIOS inscritos no Projeto, antes de serem integrados nas Equipas Locais de Voluntariado.
2. A Rede Social poderá promover ações de informação/formação destinadas aos VOLUNTÁRIOS, para tratar de temas com interesse para o trabalho voluntário em geral e, especificamente, para o trabalho desenvolvido no Projeto.
3. As ações referidas no ponto dois destinar-se-ão também a avaliar com os VOLUNTÁRIOS o resultado do trabalho voluntário desenvolvido, de modo a detetar eventuais necessidades de formação e de reorientação de tarefas.

NONA

(Certificação)

A Rede Social emitirá a pedido do VOLUNTÁRIO e a todo o tempo, declaração que certificará a participação deste no Projecto “Menos Sós...Mais Nós”, onde deverá constar o domínio da respetiva atividade, o local onde foi exercida, bem como o seu início e duração.

DÉCIMA

(Cobertura de riscos e prejuízos)

1. A Rede Social obriga-se a contratar uma apólice de seguro, tendo em conta as normas aplicáveis em matéria de responsabilidade civil, para proteção do VOLUNTÁRIO em caso de acidente ou doença sofridos ou contraídos por causa direta e especificamente imputável ao exercício do trabalho voluntário, bem como para cobertura dos prejuízos causados a terceiros pelo VOLUNTÁRIO no exercício da sua atividade.
2. O seguro compreende uma indemnização e um subsídio a atribuir, respetivamente, nos casos de morte e invalidez permanente e de incapacidade temporária.

DÉCIMA PRIMEIRA

(Resolução de conflitos)

1. Em caso de conflito entre a Rede Social e o VOLUNTÁRIO, desenvolverão ambos todos os esforços para lhe dar uma solução equitativa.

Localidade: _____ (freguesia)

A ENTIDADE PROMOTORA

O VOLUNTÁRIO

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO PROJETO DE VOLUNTARIADO



“MENOS SÓS...MAIS NÓS”

CAPITULO I

NATUREZA, FINS E DEFINIÇÃO

ARTIGO 1

AMBITO

1 - O presente documento visa definir as linhas orientadoras do projeto de voluntariado “Menos Sós...Mais Nós”, o qual tem como entidade promotora a Rede Social do Município de Ovar.

2 – É uma iniciativa do Núcleo Executivo do CLAS - Conselho Local de Acção Social do Município de Ovar, inserida no Ano Europeu do Voluntariado para uma Cidadania Ativa.

ARTIGO 2

DEFINIÇÃO

1 – “O voluntariado é uma atividade inerente ao exercício de cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando, de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afectam a sociedade em geral” - in Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro.

2 - A ação do voluntariado rege-se, de forma geral, pela Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro.

ARTIGO 3

OBJETO

O projeto de voluntariado “Menos Sós...Mais Nós” visa:

1. Difundir o voluntariado em Ovar, de forma a fomentar uma cidadania ativa;
2. Sensibilizar a população em geral para o voluntariado de proximidade;
3. Combater o isolamento social/solidão da população idosa e/ou dependente do concelho, respondendo aos seus anseios em meio residencial;
4. Proporcionar a melhoria da qualidade de vida, bem estar e reintegração social da população idosa e/ou dependente;
5. Envolver todos os parceiros do CLAS;
6. Criar métodos de trabalho entre projetos, grupos de voluntariado e rede de voluntariado existentes.

ARTIGO 4

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

1 - O projeto de voluntariado “Menos Sós... Mais Nós” está direccionado para uma intervenção no apoio à população idosa e/ou dependente do concelho de Ovar, a viver só ou sem retaguarda familiar.

2 – O apoio referido no ponto anterior baseia-se em visitas periódicas dos voluntários ao domicílio da pessoa idosa e/ou dependente e as ações desenvolvidas serão programadas, de acordo com as necessidades da pessoa.

3 – Das ações a desenvolver fazem parte:

- Fazer companhia
- Escutar/ conversar
- Apoiar em pequenas tarefas do quotidiano
- Ler /ajudar na interpretação de correspondência
- Animar
- Passear
- Acompanhar ao exterior
- Cuidados de imagem
- Organizar medicação
- Requisitar serviços ...

CAPITULO II

INSCRIÇÃO, ADMISSÃO E AVALIAÇÃO DOS VOLUNTARIOS

ARTIGO 5

PERFIL DO VOLUNTÁRIO

Pode ser voluntário quem:

1. Tiver mais de 16 anos;
2. Estiver motivado, exclusivamente pelo desejo de altruísmo;
3. Tiver decisão livre, apoiada em motivações sociais e pessoais;
4. Reconhecer em si perfil para lidar com pessoas idosas e/ou dependentes;
5. Possuir idoneidade moral e humana reconhecidas;
6. For emocionalmente estável;
7. Tiver disponibilidade para fazer formação;
8. Assumir um compromisso de regularidade na prestação da colaboração;
9. Possuir sentido de responsabilidade.

ARTIGO 6

INSCRIÇÃO E ADMISSÃO DO VOLUNTÁRIO

1- Pode inscrever-se como candidato a voluntário qualquer pessoa que se enquadre no perfil descrito no artigo 5.

2- O candidato terá de preencher uma ficha de inscrição, disponível em qualquer Junta de Freguesia do concelho e no Centro de Promoção Social do Furadouro, Grupo de Acção Social de S. Vicente de Pereira e Centro Comunitário de Esmoriz.

3 - Depois de preenchida, a ficha deverá ser entregue no mesmo local ou remetida para a Rede Social do concelho de Ovar, para o endereço Rua Heliodoro Salgado, nº 16, 3880-232 Ovar.

4- Poderá ainda ser apresentada via mail para divisocial@cm-ovar.pt.

5- Posteriormente o candidato será submetido a uma entrevista com elementos indicados pela Equipa Coordenadora, a fim de ser apreciada a capacidade para ser voluntário.

6- A admissão do voluntário estará dependente de informação positiva durante o processo de candidatura.

7- O voluntário deverá frequentar o Curso de iniciação ao voluntariado ou, se assim for o entendimento da Equipa Coordenadora, iniciar o serviço com o apoio da equipa que o irá orientando no período de estágio, devendo frequentar o Curso de iniciação de voluntariado logo que possível.

8- Após a frequência do Curso, o voluntário inicia o estágio que tem a duração de 6 meses.

ARTIGO 7

FORMAÇÃO E PERCURSO DO VOLUNTÁRIO

1- O voluntário deve frequentar o Curso de Iniciação ao exercício do voluntariado.

2- O voluntário deve frequentar formação específica.

3- Decorrerá um período de estágio de 6 meses, que será acompanhado pela Equipa Coordenadora ou elementos por esta indicados.

4- Terminado o período de estágio com aproveitamento e assiduidade não inferior a 80%, o voluntário realiza o seu compromisso.

5- Mensalmente estará presente nas reuniões de equipa.

6- Anualmente, frequentará um curso de formação contínua.

ARTIGO 8

ACOMPANHAMENTO DO VOLUNTÁRIO

- 1– A acção do voluntário está sujeita a acompanhamento por parte da equipa responsável.

- 2– O acompanhamento do voluntário será dividido em dois momentos:
 - 2.1 – o acompanhamento inicial
 - 2.2 – o acompanhamento periódico.

- 3– O acompanhamento inicial consiste na análise da ficha de inscrição do candidato, entrevista inicial com a Equipa Coordenadora e formação inicial e específica.

- 4– O acompanhamento periódico é realizado através da observação das actividades do voluntário, tendo em conta os seguintes critérios:
 - * assiduidade
 - * responsabilidade e zelo na execução das tarefas atribuídas
 - * motivação e empenho
 - * relacionamento interpessoal
 - * evolução na acção como voluntário.

- 5– Será dado a conhecer ao voluntário a sua avaliação periódica, em reuniões com a Equipa Coordenadora e Gestores Locais, em reunião conjunta de avaliação.

CAPÍTULO III

SUSPENSÃO OU CESSAÇÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

ARTIGO 9

SUSPENSÃO OU CESSAÇÃO

- 1– O programa de trabalho voluntário pode cessar ou ser interrompido, por iniciativa:

1.1 – do voluntário – devendo para tal, informar a entidade promotora, por documento escrito, com antecedência mínima de 15 dias.

1.2 – da entidade promotora – por motivo de incumprimento do presente documento ou por incapacidade da própria entidade dar continuidade ao projeto, devendo comunicar por escrito, ao voluntário, com antecedência mínima de 15 dias.

CAPÍTULO IV

DIREITOS E DEVERES DOS VOLUNTÁRIOS

ARTIGO 10

DIREITOS DO VOLUNTÁRIO

São direitos do voluntário:

- 1– Ser tratado com respeito e consideração;
- 2– Ser reconhecido e valorizado no seu contributo;
- 3– Ter acesso a programas de formação inicial, específica e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho voluntário;
- 4- Apresentar sugestões para ações a desenvolver;
- 5– Apresentar reclamações sobre situações vivenciadas;
- 6– Estar protegido em caso de acidente sofrido no exercício do trabalho voluntário;
- 7- Dispor de cartão de identificação do voluntário;
- 8– Exercer o seu trabalho em condições de higiene e segurança;
- 9– Estabelecer um programa de voluntariado que regule as suas relações mútuas e o conteúdo do seu trabalho;
- 10– Por motivos justificados, solicitar a suspensão temporária do trabalho voluntário, por um período não superior a um ano.

ARTIGO 11

DEVERES DO VOLUNTÁRIO

São deveres do voluntário:

- 1– Aceitar e cumprir com zelo as orientações definidas pela Equipa Coordenadora do Projeto.
- 2– Adotar uma conduta responsável que o prestigie a si próprio e à Rede Social concelhia.
- 3– Atuar de forma diligente, isenta e solidária.
- 4– Criar um ambiente de respeito pelas pessoas envolvidas nas ações de voluntariado, nomeadamente o respeito pela sua vida privada.
- 5– Cumprir com assiduidade e pontualidade o horário estabelecido.
- 6– Utilizar durante o serviço o seu cartão de identificação.
- 7– Apresentar-se de forma simples.
- 8– Cumprir com o programa estabelecido.
- 9– Comunicar ao seu responsável qualquer ocorrência que considere anormal.
- 10– Participar nas reuniões e ações de formação destinadas.

CAPÍTULO V

ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E FUNCONAMENTO

ARTIGO 12

EQUIPA COORDENADORA

1 – A Equipa Coordenadora do Projecto “Menos Sós... Mais Nós” é constituída por:

- 7 elementos do Núcleo Executivo do CLAS
- 1 elemento do Centro Comunitário de Esmoriz
- 1 elemento da Liga dos Amigos do Hospital de Ovar
- 1 elemento da Delegação de Ovar da Cruz Vermelha Portuguesa
- e presidida pelo Presidente do CLAS.

2 – Compete à Equipa Coordenadora promover a gestão, organização e funcionamento do projeto, pugnando pelo cumprimento da legislação em vigor e do presente documento.

3 – As funções específicas da Equipa Coordenadora são:

- Desenvolver, divulgar e implementar o projeto
- Rececionar as fichas de inscrição dos voluntários
- Rececionar os beneficiários do projecto
- Criar dossier com documentação de suporte para o desenvolvimento do projeto
- Selecionar voluntários, gestores de voluntariado locais e beneficiários
- Organizar e promover ações de formação geral, específicas e contínua
- Estabelecer os Programas de voluntariado com os voluntários
- Assegurar o seguro dos voluntários
- Acompanhar a intervenção dos voluntários e o projeto
- Apresentar relatórios periódicos ao CLAS

4– A comunicação e articulação entre os elementos da Equipa Coordenadora e os diferentes parceiros é fundamental, realizando-se reuniões periódicas, do seguinte modo:

- Equipa Coordenadora – mensalmente
- Equipa Coordenadora e Gestores locais – Mensalmente
- Gestores locais e voluntários – Quinzenalmente
- Equipa/ Gestores e voluntários – Trimestralmente.

ARTIGO 13

GESTOR LOCAL DE VOLUNTARIADO

1– Para cada freguesia será seleccionados pelo menos um gestor local de voluntariado.

2- O Gestor Local de Voluntariado deve:

- Preferencialmente, ter experiência de voluntariado
- Ter disponibilidade
- Ter capacidade de organizar e gerir equipas
- Evidenciar bom relacionamento interpessoal

3– O Gestor Local de Voluntariado é o interlocutor entre os voluntários e a Equipa Coordenadora. As suas principais funções são:

- Participar na selecção dos voluntários
- Participar na selecção dos beneficiários
- Organizar as equipas locais de voluntariado
- Organizar os percursos e ações dos voluntários
- Acompanhar os voluntários
- Reunir periodicamente com os voluntários e a Equipa Coordenadora
- Avaliar do grau de satisfação dos beneficiários do projeto
- Mediar a intervenção das equipas locais
- Avaliar o papel dos voluntários

- Resolver questões de ausências de voluntários ou outras relacionadas com o decorrer das ações
- Encaminhar para a Equipa Coordenadora situações de reclamação, sugestão ou solicitação apresentada por qualquer uma das partes do projeto.

ARTIGO 14

PARCERIAS

1- Todos os parceiros do CLAS têm papel preponderante no desenvolvimento do referido projeto, podendo participar de forma ativa na gestão do mesmo.

2- Convém destacar a importância das Juntas de Freguesia e das Comissões Sociais de Freguesia pelo seu carácter de proximidade junto das pessoas. São agentes privilegiados de conhecimento dos possíveis beneficiários, dos candidatos a voluntários, bem como dos Gestores Locais de Voluntariado.

3- Cada Junta de Freguesia contribui para este projeto assegurando um espaço na própria freguesia para sedear o trabalho dos Gestores Locais de Voluntariado. Além do espaço para reuniões, o gestor poderá utilizar o telefone e fax da própria Junta de Freguesia, para uso exclusivo para os fins do projecto.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 15

ALTERAÇÃO OU REVOGAÇÃO

1- O presente documento será objeto de alteração ou revogação sempre que a legislação e os normativos o exijam, os interesses da entidade promotora o justifiquem ou o desajustamento do memo se imponha.

2- Qualquer alteração ao presente documento será comunicada a todos os envolvidos no projeto, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da sua entrada em vigor.

ARTIGO 16

OMISSÕES

Todas as situações omissas no presente documento serão objeto de apreciação pela Equipa Coordenadora do projeto.

ARTIGO 17

VIGÊNCIA DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO PROJETO

O presente documento entra em vigor a partir do dia ___/___/___, após ter sido aprovado em reunião de Equipa Coordenadora em ___/___/___: